

1. SEDE (ATUAL MUSEU MUNICIPAL)



NAJUC, 2009

2. ANTIGA CASA DO ADMINISTRADOR



NAJUC, 2009



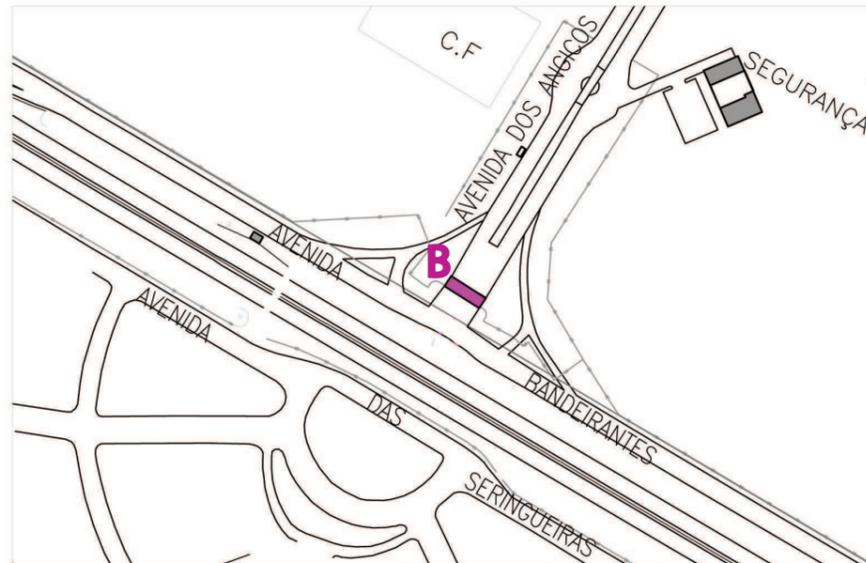
3. TERREIRO e 4. TULHA



NAJUC, 2009



NAJUC, 2009



B. ACESSO PRINCIPAL

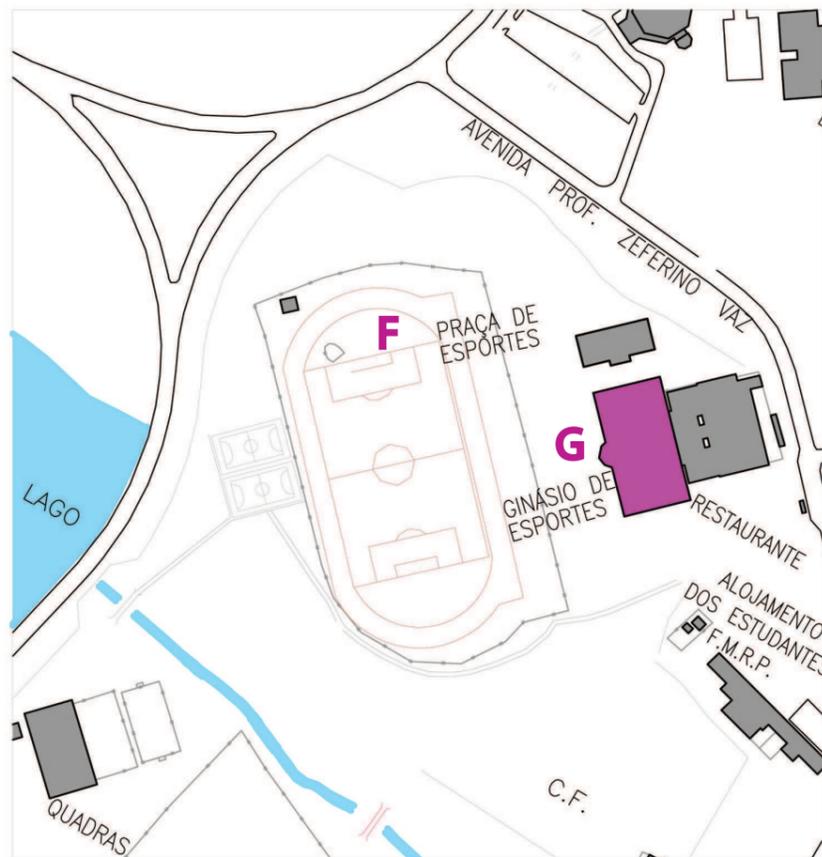


NAJC, 2009



NAJC, 2009

Avenida dos Angicos, junto ao acesso principal - não é mais possível visualizar o Prédio Principal da FMRP.



F. PRAÇA DE ESPORTES



PMV, 2009

G. GINÁSIO DE ESPORTES



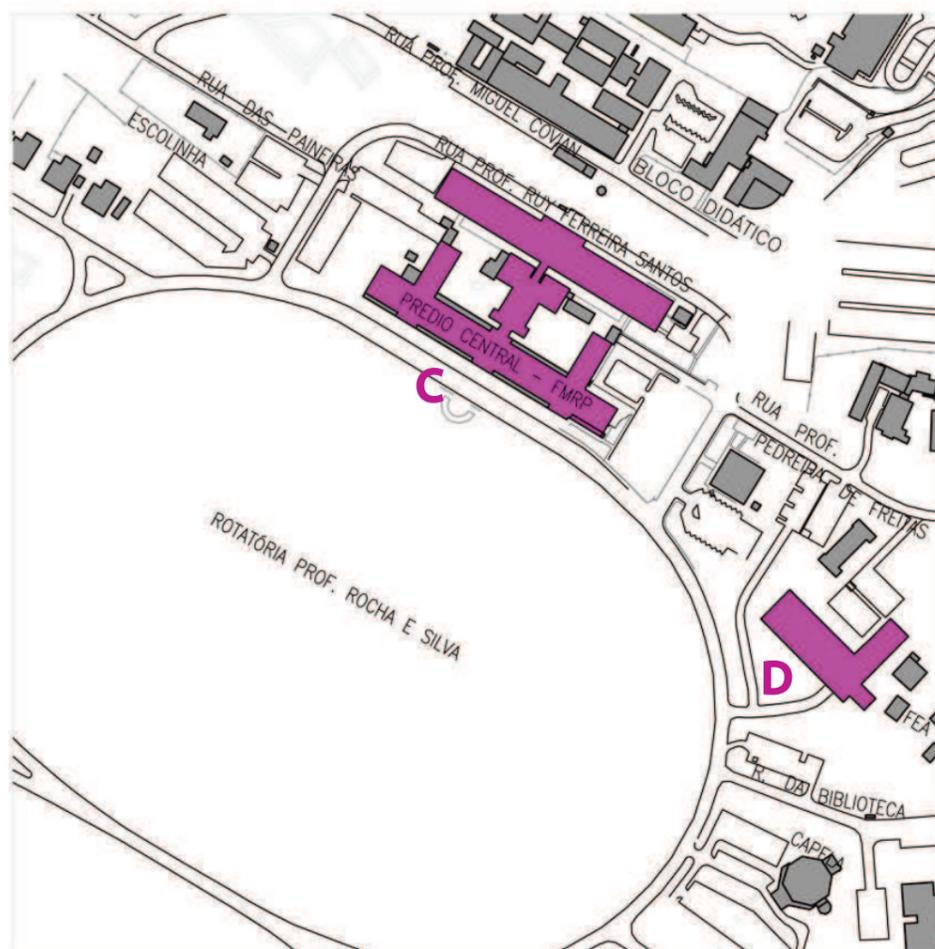
PMV, 2009



PMV, 2009



PMV, 2009



C. PRÉDIO PRINCIPAL



NAJIC, 2009



NAJIC, 2009



NAJIC, 2009



NAJIC, 2009



NAJIC, 2009

Mirante 4 da EPA

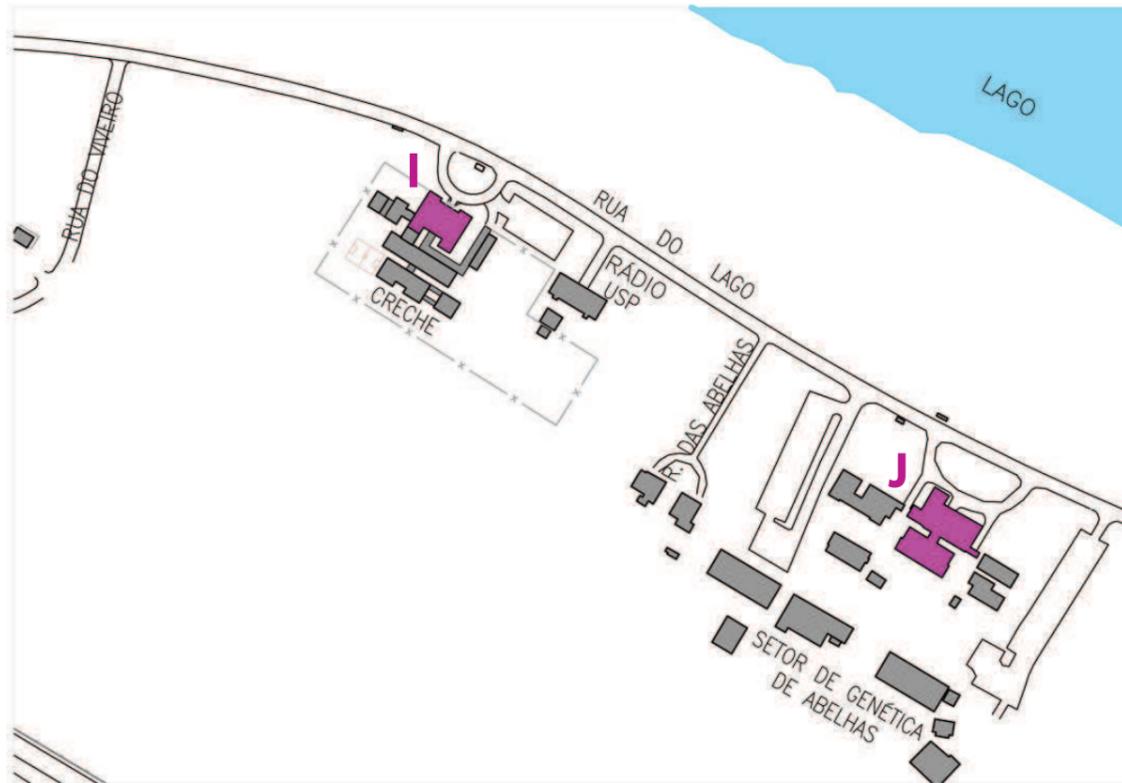
Vista desde o mirante 4 (Praça Central)

D. CASA DO DIRETOR (ATUAL BLOCO A DA FEARP)



NAJIC, 2009

A Casa do diretor foi ampliada duas vezes quando servia de Biblioteca central



I. PAVILHÃO DE FIAÇÃO



NAJC, 2009



NAJC, 2009

J. PAVILHÃO DE VETERINÁRIA



PMV, 2009



PMV, 2009



PMV, 2009



PMV, 2009



PMV, 2009



H. PAVILHÃO DAS OFICINAS



PMV, 2009



PMV, 2009

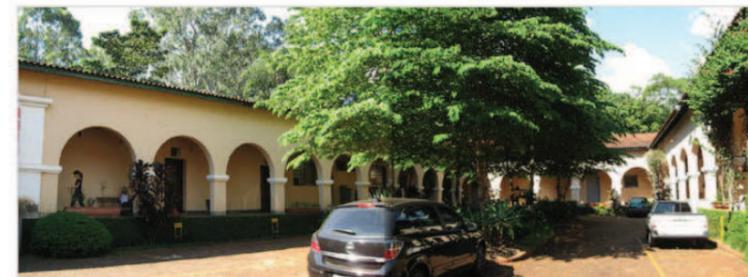
M. PAVILHÃO DAS INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS



PMV, 2009



PMV, 2009



PMV, 2009



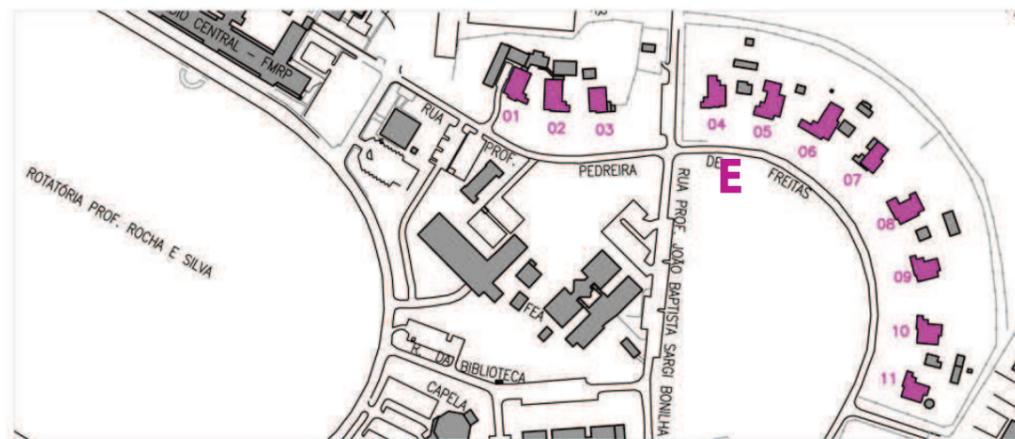
PMV, 2009



PMV, 2009



PMV, 2009

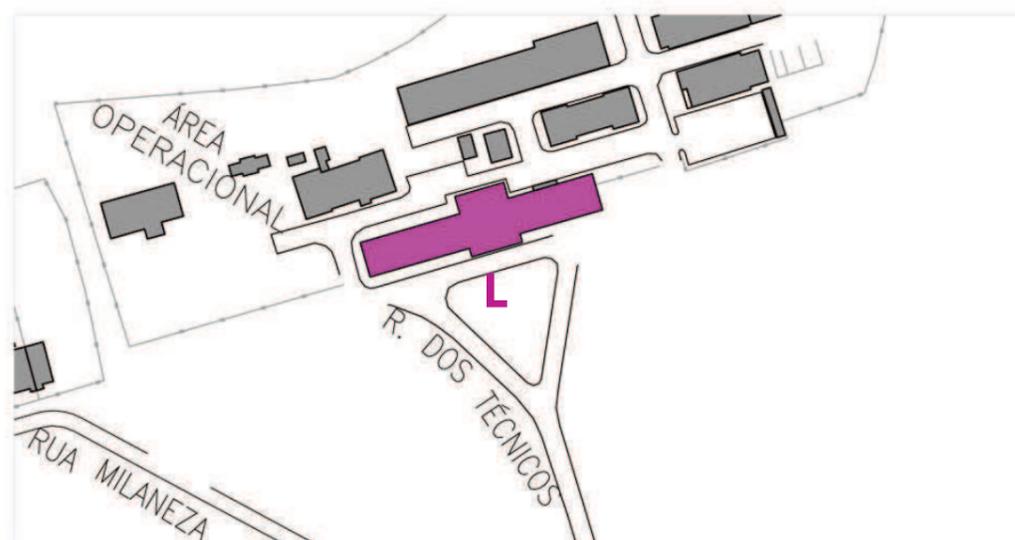


E. CASA DOS PROFESSORES CATEDRÁTICOS

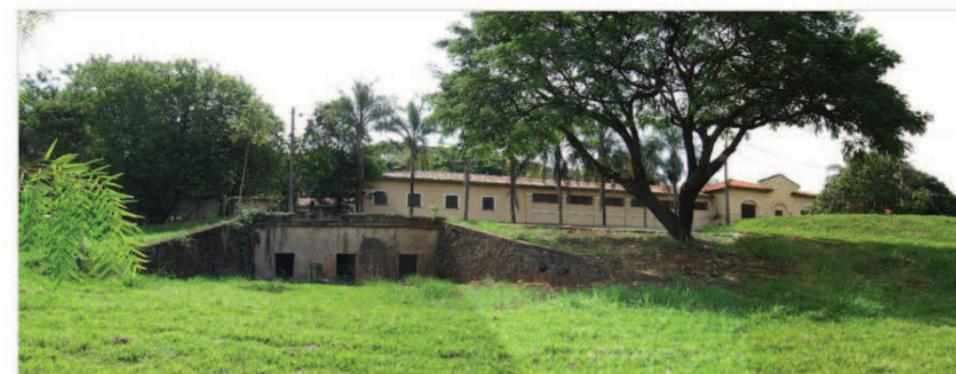


<http://www.pcarp.usp.br>, 2009

<http://www.pcarp.usp.br>, 2009



L. ANTIGO ESTÁBULO



PMV, 2009



PMV, 2009



PMV, 2009



PMV, 2009

E. CASAS DOS PROFESSORES ASSISTENTES



Casas 19 e 18



Casas 18 e 17



Casas 16 e 15



Casa 14



Casa 13



Casa 12



Casa 11



Casa 10



Casas 10 e 09



Casas 09 e 08



Casas 08 e 07



Casa 07



Casa 06



Casa 05



Casa 04



Casa 03



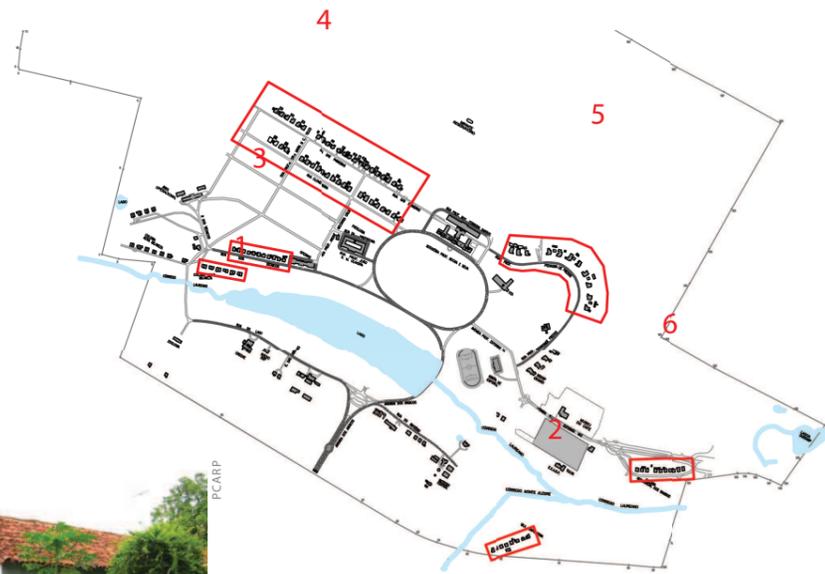
Casa 02



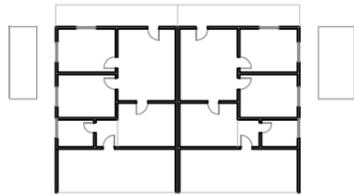
Casa 01

Tipologias residenciais do Campus

Localização no Campus



1. Colônia Velha Milaneza - 109 m²



2. Colônia Napolitana - 118 m²

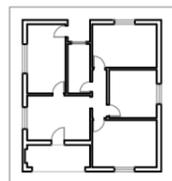


MAURO; NOGUEIRA, 2004



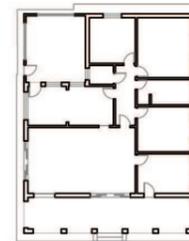
FOTO NAJCEM 07/04/09

3. Rua dos Técnicos - 129 m²



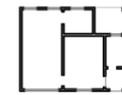
PCARP

4. Rua das Paineiras e Rua Clóvis Vieira - 255 m²



PCARP

5. Rua Pedreira de Freitas - 340 m²



MAURO; NOGUEIRA, 2004



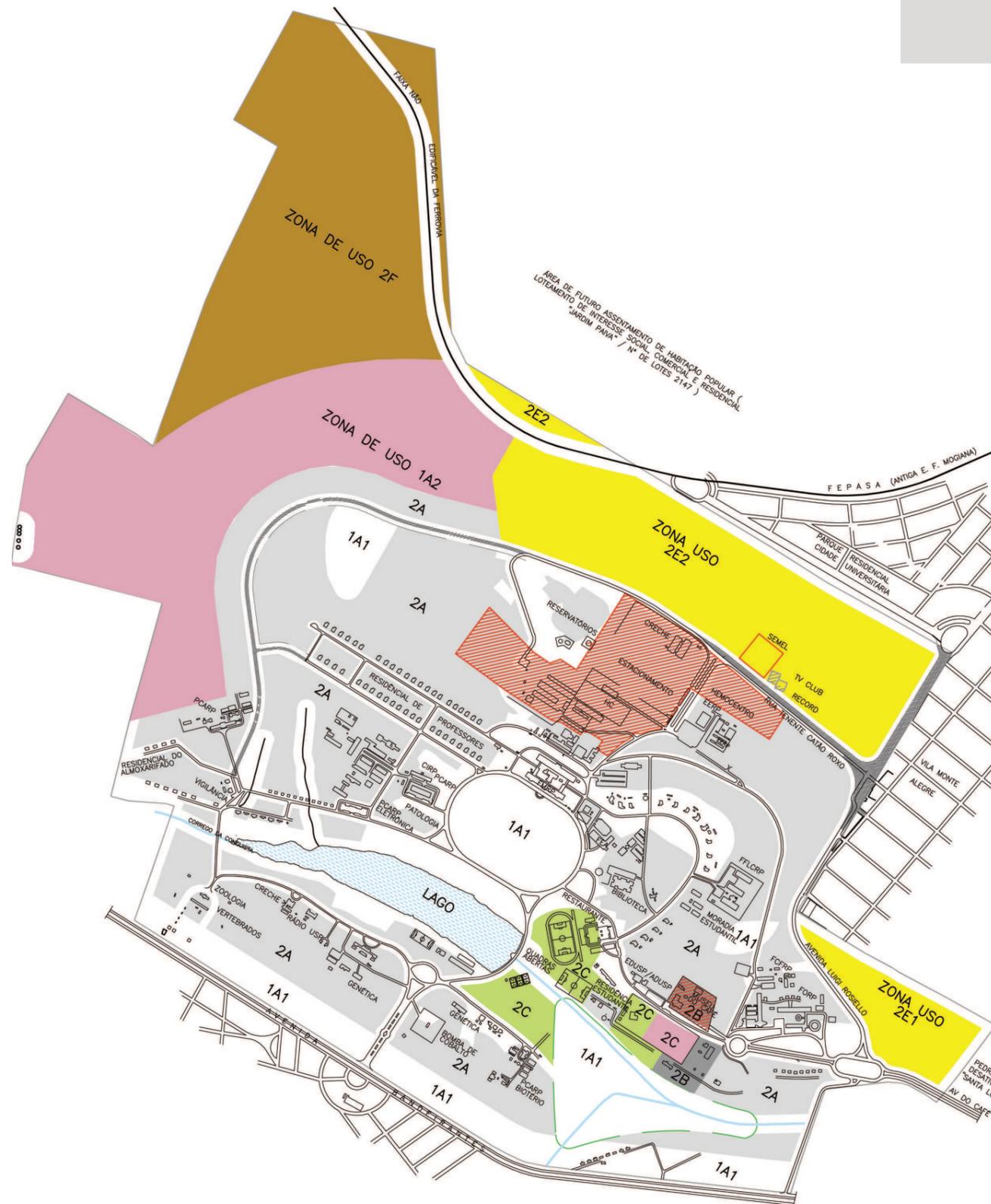
MAURO; NOGUEIRA, 2004

6. Colônia dos Bambus - 128 m²



PCARP

4. PLANOS DIRETORES PARA O CAMPUS



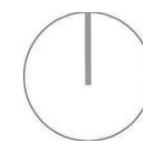
USO DO SOLO PROPOSTO

1 - ÁREAS NÃO EDIFICÁVEIS

- ZONA DE USO 1A1 - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- ZONA DE USO 1A2 - VIVEIRO, JARDIM BOTÂNICO E RESERVA FLORESTAL
- LAGO E CURSOS D'ÁGUA
- VALA DE DRENAGEM
- MINA D'ÁGUA

2 - ÁREAS EDIFICÁVEIS

- ZONA DE USO 2A - ÁREAS PARA USO PREDOMINANTE ACADÊMICO, ADMINISTRATIVO OU DE APOIO E SERVIÇOS
- ZONA DE USO 2B - ÁREAS PARA USO PREDOMINANTE CULTURAL
- ZONA DE USO 2C - ÁREAS PARA USO PREDOMINANTE DE ESPORTE E LAZER
- ÁREAS 2D - ÁREAS CEDIDAS
- ZONA DE USO 2E1 - ÁREAS DE USO COMPARTILHADO / RECREAÇÃO
- ZONA DE USO 2E2 - ÁREAS DE USO COMPARTILHADO / ATIVIDADES DIVERSAS
- ZONA DE USO 2F - ÁREAS REMANESCENTES / POTENCIAL PARA USO INDUSTRIAL NÃO POLUENTE
- ÁREA INUNDÁVEL
- FERROVIA
- VIA PROJETADA
- LIMITE DO CAMPUS



ESCALA 1 : 15 000
0 50 200 500 m

O Plano Diretor Físico do Campus de Ribeirão Preto elaborado em 1998 teve como base cartográfica uma planta digital simplificada do Campus.

Paralelamente à elaboração deste Plano Diretor foi licitada pelo então Fundo de Construção da USP - FUNDUSP, hoje Coesf, a execução de um mapeamento aerofotogramétrico digital, georreferenciado, em escalas 1:5.000 e 1:1.000. Esta base é a disponível atualmente; sobre a mesma foram lançados periodicamente pelo FUNDUSP e depois pela Coesf os novos edifícios e vias construídos após 1998.

Em 1998 também foram contratados pelo FUNDUSP os serviços topográficos de levantamento das divisas do Campus de Ribeirão Preto e a reconstrução dos marcos de concreto. Este perímetro foi lançado no mapeamento aerofotogramétrico de 1998.

O Plano Diretor de 1998 propôs duas zonas de uso não edificáveis e cinco zonas de uso edificáveis.

As zonas de uso **não edificáveis** eram: os recuos das divisas do campus e das vias, as áreas de preservação permanente (devidas a cursos d'água, lago e nascentes – as que constavam na base cartográfica disponível), a encosta do Morro do Observatório (junto ao HC) e a área onde se pretendia plantar a floresta de espécies nativas, por iniciativa da Botânica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP Ribeirão Preto. A área da floresta de espécies nativas a ser plantada foi acordada entre os docentes responsáveis da FFCLRP, a PCARP e o FUNDUSP.

Além disso, foram propostas como áreas **não edificáveis**: a rotatória central do campus e o entorno do lago e das casas da Rua Pedreira de Freitas e do edifício central da FMRP, por causa do valor paisagístico e histórico.

As zonas de uso edificáveis propostas no PD 1998 foram:

- Uma **zona de uso predominantemente cultural**, consolidando o uso já estabelecido pela existência do Museu Histórico / Museu do Café (cujo terreno não é propriedade da USP e sim da Prefeitura Municipal), pela Casa do Administrador da Fazenda Monte Alegre, à época utilizada como Restaurante dos Docentes, e a Tulha;

- Uma **zona de uso predominantemente esportivo e de lazer**, onde já se situava o Centro de Práticas Esportivas – CEFER e prevendo uma expansão;

- Duas **zonas de uso compartilhado** entre o Campus e a Cidade de Ribeirão Preto; nestas áreas previa-se a instalação de usos que fossem de interesse comum da comunidade USP e dos demais cidadãos riopretanos; uma destas zonas (denominada 2E-1) situava-se na área da antiga pedreira e a outra (2E-2) entre a Rua Tenente Catão Roxo e a Avenida Governador Lucas Nogueira Garcez;

- Uma **zona de uso voltada para atividades industriais não poluentes na área de saúde** (a maioria das Unidades no campus eram desta natureza, à época), nos terrenos do setor norte do campus, antes arrendados a terceiros que plantavam cana-de-açúcar. Esta proposta renunciou o Parque Tecnológico, atualmente em fase de implantação no campus.

- Uma **zona de uso predominantemente acadêmico, administrativo, de apoio e de serviços**, classificação que cobria a maior parte das áreas edificáveis.

Este Plano Diretor do Campus 1998 continha a proposta de uma via de ligação entre a área do Hospital das Clínicas e a área operacional da Prefeitura do Campus Administrativo de Ribeirão Preto- PCARP.

Neste Plano Diretor foram identificadas algumas das cessões de uso, como a do Hospital das Clínicas / Hemocentro, TV Club e TV Record.

Várias propostas deste Plano Diretor de 1998 foram preservadas nos planos posteriores, mas com maior detalhamento, uma vez que havia uma base cartográfica mais precisa.



O Plano Diretor do Campus de Ribeirão Preto de 1998 foi lançado sobre o mapeamento aerofotogramétrico do Campus, realizado no mesmo ano. A partir desta base cartográfica mais precisa, da leitura das fotos aéreas do voo do mapeamento e de visitas a campo, a Coesf propôs em 2001 algumas alterações no uso do solo e uma complementação viária para o Campus de Ribeirão Preto.

Os principais objetivos desta complementação viária eram: criar uma área para expansão da FORP/FCFRP, diminuir o uso das vias em pé-de-moleque, conectar áreas pouco acessíveis e criar uma nova entrada para o Campus e o HCRP.

O Plano Diretor Físico do Campus de Ribeirão Preto de 2003 incorporou as propostas viárias de 2001, atualizou o mapeamento aerofotogramétrico de 1998 (lançando-se os prédios construídos após esta data), destacou as vias pavimentadas em paralelepípedo e em pé-de-moleque, da antiga Escola Prática de Agricultura – EPA, além de indicar edifícios projetados, como a ampliação da Biblioteca, e possibilidades de implantação de futuros prédios da EERP, da FCFRP e da FMRP. Também foram delimitadas as áreas com mais de 25% de declividade.

As plantas do Plano Diretor do Campus 2003 eram:

1. Áreas Edificáveis, com as propostas viárias;
2. Áreas Brutas de Expansão das Unidades;
3. Áreas Líquidas de Expansão das Unidades.

A diferença entre as áreas Brutas e Líquidas era somente que a segunda excluía os recuos de vias, de estacionamentos e de edifícios existentes.

As propostas viárias do Plano Diretor de 2003 foram:

- Um novo acesso ao campus, prolongando a avenida hoje denominada Professor Hélio Lourenço desde a Rua Tenente Catão Roxo até a Avenida Governador Lucas Nogueira Garcez, tornando a Rua Tenente Catão Roxo mão única no sentido de saída do campus,
- Um novo traçado para a Avenida Luigi Rosiello distanciando esta via da Faculdade de Odontologia - FORP, criando uma área de expansão para esta Unidade (a idéia original foi da PCARP),
- Uma via paralela à Rua Professor Pedreira de Freitas, para poupar esta via da passagem de veículos, principalmente ônibus,
- Um sistema de vias para o setor oeste do Campus, ligando a área do Hospital das Clínicas à área operacional da PCARP,
- Melhoria da conexão viária entre as colônias dos Bambus e Napolitana e a Avenida do Café,
- Uma conexão viária entre a área do Biotério e a Av. Prof. Zeferino Vaz,
- Uma via transversal à Rua Pedreira de Freitas para nela implantar o novo restaurante do Campus,
- Recuperação da rotatória que existira na Av. Prof. Zeferino Vaz junto a FCFRP e que teve uma das metades removida por volta de 1997 ou 1998, possivelmente em função do conflito viário no encontro da recém aberta Av. Perimetral Leste com o acesso ao Museu Municipal (hoje esta entrada tem uso esporádico).

Estas propostas viárias foram aprovadas pelo CORP, com a ressalva da área do Hospital das Clínicas, por estar em fase de discussão com a Coesf.

Para se definir quais áreas no campus poderiam ser edificáveis (receber novos prédios de novos usos acadêmicos e de apoio), partiu-se de um processo de subtração: a partir da gleba do campus foram retiradas as áreas não edificáveis.

As áreas não edificáveis no Plano Diretor de 2003 consistiam (conceitualmente) nas mesmas do Plano Diretor de 1998:

- Os recuos das divisas do campus, das vias e dos estacionamentos,
- A faixa de domínio da ferrovia desativada,
- As áreas de preservação permanente devida a cursos d'água, lago, nascentes e à encosta do morro do Observatório,
- A floresta de espécies nativas (com o perímetro definido em 1998) e os maciços arbóreos identificados nas fotos aéreas de 1998 e classificados como vegetação a ser preservada* e
- A rotatória central do campus e o entorno do lago (além do limite da APP), por causa do valor paisagístico e histórico e a antiga pedreira, pelo valor paisagístico.

A definição de áreas de expansão das Unidades (a curto e médio prazo) surgiu da intenção de se organizar o crescimento no campus: ao invés de se ter uma dispersão de novas construções no território, haveria um crescimento em áreas contíguas às já ocupadas, racionalizando-se assim a expansão de infraestrutura.

O CORP não aprovou estas áreas de expansão das Unidades em 2003, preferindo deixar sua definição para depois de contatos mais aprofundados de cada Unidade com a Coesf.

Além destas áreas de expansão de cada Unidade, foi proposta uma quadra entre a Rua Tenente Catão Roxo e a Avenida Governador Lucas Nogueira Garcez para uso conjunto da Escola de Enfermagem, da Faculdade de Medicina e do Hospital das Clínicas onde pudessem se situar usos relacionados com a cidade de Ribeirão Preto, a exemplo do Centro de Saúde Mental (mantinha-se o conceito de área compartilhada do Plano Diretor de 1998). Esta proposta foi aprovada pelo CORP.

Em 2003 também foram elaboradas pela Coesf duas importantes plantas para subsidiar projetos de infraestrutura para o campus de Ribeirão Preto: redes principais de água potável e esgoto. Sobre o mapeamento aerofotogramétrico digital de 1998 do Campus de Ribeirão Preto foram lançadas as coordenadas dos elementos físicos das redes levantadas pela firma PROMAP em 1990, mas desenhadas sobre papel.

* Os maciços arbóreos, identificados nas fotos do voo do mapeamento aerofotogramétrico de 1998, foram subdivididos com a ajuda da Comissão do Meio Ambiente e da PCARP em dois tipos: vegetação a ser preservada e vegetação removível (eucaliptos, pinheiros, pomares). Alguns bosques, no entanto, não foram classificados desta forma, devendo ser analisados pela Comissão em cada caso.

 **PREFEITURA DO CAMPUS ADMINISTRATIVO DE RIBEIRÃO PRETO** 03/06/03

ATD - IV

Fls. _____
Proc. 03.1.384.51.2
Rub. _____

Interessado: COESF – Coordenadoria do Espaço Físico da USP

Assunto: Plano de obras do campus – Diretor 2003, áreas edificáveis, áreas brutas de expansão das Unidades, áreas líquidas de expansão das unidades de Ribeirão Preto.

Senhora Prefeita,

Na 144ª Reunião Ordinária do Conselho do *Campus* de Ribeirão Preto – CORP, realizada no dia 11 de junho de 2003, foram distribuídas as plantas referentes às áreas edificáveis, brutas e líquidas de expansão das Unidades do *Campus* de Ribeirão Preto e dada ciência aos membros do CORP. Os dirigentes manifestaram a necessidade de discutirem diretamente com a COESF as peculiaridades de cada Unidade.

Contudo, aprovaram o Sistema Viário do Plano Diretor, com a ressalva da área do Hospital das Clínicas, que está em fase de discussão com a COESF. Aquiesceram ainda, a mudança do Centro de Vivência para a rua Tenente Catão Roxo.

À consideração superior,

Ribeirão Preto, 12 de junho de 2003.


Alexandra L. dos Santos Soares
Secretária do CORP

Encaminha-se a COESF para ciência e providências cabíveis.
Da Silva
16/06/03

Avenida Bandeirantes Nº 3900
14040-900 - Ribeirão Preto - SP
Tel.: (0**16) 633 5180 Fax: (0**16) 633 7964



CONVENÇÕES

	DIVISA
	SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE
	CONSTRUÇÕES EXISTENTES
	ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
	ÁREA DE INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO
	ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (COM VEGETAÇÃO)
	FLORESTA DE NATIVAS
	ÁREA VERDE
	ÁREA COM VEGETAÇÃO A PRESERVAR
	PINUS
	EUCALIPTO
	CAPIM / MATO
	BAMBÚ
	MATA
	BOSQUE / ÁRVORES
	FLORESTA DE EXÓTICAS
	VÁRZEA
	PEDREIRA



ESCALA 1 : 15 000
0 50 200 500 m

Conforme consta do Plano Ambiental do Campus da USP de Ribeirão Preto de fevereiro de 2007:

Este documento foi elaborado como parte de um acordo firmado entre o Ministério Público e a Prefeitura do Campus Administrativo de Ribeirão Preto/USP, com a constituição de uma Comissão de Meio Ambiente responsável pela organização de um sistema de manejo ambiental e de um plano de diretrizes ambientais, visando à conservação do patrimônio ambiental, em consonância com as exigências da Legislação Ambiental existente. Sua elaboração partiu da experiência acumulada pela Comissão de Meio Ambiente, criada com a finalidade de fazer cumprir o acordo firmado, e também pelas discussões realizadas no I Workshop da Comissão do Meio Ambiente do Campus da USP/RP, realizado em 09 de outubro de 2003. Participaram da elaboração deste texto, além dos membros da Comissão de Meio Ambiente do Campus da USP de Ribeirão Preto, alguns membros especialmente convidados, constituindo uma comissão específica, que trabalharam em reuniões periódicas ao longo de 2004 a 2006.

Elaboração do texto

Autores

- Clarice Sumi Kawasaki (FFCLRP/USP)
- Elenice Mouro Varanda (FFCLRP/USP)
- Angela Maria Magosso Takayanagi (ERP/USP)
- Antonio Justino da Silva (PCARP/USP)
- Devanir Jerônimo Del'Arco (PCARP/USP)
- Olga Kotchetkoff Henriques (SEPLAN/Gestão Ambiental/PMRP)
- Regina Maria Alves Carneiro (SEPLAN/Gestão Ambiental/PMRP)

Colaboradores

- Carlos Alberto Martinez y Human (FFCLRP/USP)
- Kranya Victória Díaz Serrano (FORP/USP)
- Neyde Angela Joppert Cabral (COESF/USP)
- Paulo de Tarso Mello (SEPLAN/Gestão Ambiental/PMRP)
- Sonia Valle Walter Borges de Oliveira (FEARP/USP)
- Waldir Mantovani (IB/USP)

Apoio Técnico

- Andréa Souza da Silva (PCARP/USP)
- André Naletto Mugayar (PCARP/USP)
- Airton Manoel Romero Costa (PCARP/USP)
- Alba Valéria Gonçalves (PCARP/USP)

O Plano Ambiental do Campus de Ribeirão Preto foi aprovado pelo CORP em 2007.

ÁREAS AMBIENTAIS DO CAMPUS DA USP EM RIBEIRÃO PRETO

O Plano Ambiental 2007 definiu as seguintes Áreas Ambientais:

1. Áreas de Preservação Permanente (APP)

São áreas definidas pela legislação ambiental brasileira.

2. Áreas de Florestas Nativas (N)

São áreas de florestas ou outras formas de vegetação nativa, excetuadas as de preservação permanente. As espécies nativas brasileiras não poderão ser suprimidas.

3. Áreas com Vegetação a Preservar (VP)

São áreas cuja vegetação deverá se preservada. Deverão ser mantidas sem edificações, constituindo exceção o mobiliário urbano e pequenos abrigos, ou algum tipo de edificação, uma vez esgotadas as áreas de expansão do campus. Serão permitidas redes de infra-estrutura e a pavimentação de eixos para mobilidade do pedestre e do ciclista.

4. Áreas Verdes (V)

Trata-se de um conceito abrangente, integrando as áreas verdes de uso público e que são reservadas a cumprir funções de contemplação, lazer, recreação, educação e de valor estético. Estas são áreas não edificáveis e que devem ser mantidas vegetadas e com tratamento paisagístico, podendo haver a instalação de mobiliário urbano de apoio a estas atividades.

5. Áreas de Florestas Exóticas (F)

São áreas recobertas por espécies exóticas e de uso temporário. Estas são passíveis de extração, em parte ou em sua totalidade, em caso de necessidade de áreas para expansão das atividades acadêmicas e de apoio.

6. Áreas Restritas (AR)

São áreas de uso restrito por oferecerem riscos à exposição humana, animal ou ambiental, por agentes físicos, químicos ou biológicos. Estas áreas deverão seguir as normas nacionais específicas.

Foram definidas quatro áreas restritas: AR1 - próximo à bomba de cobalto, AR2 - centro de resíduos químicos, AR3 - depósito de lixo radioativo e AR4 - criação de abelhas na Genética.

7. Áreas de Jardins (J)

Correspondem a faixas de, no mínimo, dez metros de largura ao longo do sistema viário e de vinte metros de largura no perímetro do Campus, mantidas dentro dos padrões de jardinagem e paisagismo, incluindo pequenas rotatórias, jardins das áreas edificadas e recuo da malha viária.

8. Áreas das Unidades: edificadas (EDI) e de expansão (EXP)

São áreas que correspondem aos espaços edificadas das unidades (EDI), às áreas de expansão (EXP) e às áreas de jardins (J) internos. Estas áreas destinam-se ao desenvolvimento das atividades relacionadas à finalidade de cada unidade, que devem necessariamente manter áreas arborizadas e permeáveis.

Há nestas áreas, além das edificações e mobiliários urbanos, a possibilidade de implantação de Áreas de Jardins (J).

TABELA DE ÁREAS CONSTANTE DO PLANO AMBIENTAL 2007

RESUMO DE ÁREAS		
ITEM	ÁREA (ha)	(%)
ÁREAS DE FLORESTAS DE NATIVAS (N)	105,8068	18,06
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	35,1287	6,00
ÁREAS DE INTERVENÇÃO EM A.P.P.	2,0545	0,35
ÁREAS VERDES (V)	5,2026	0,89
ÁREAS DE FLORESTAS DE EXÓTICAS (F)	20,2894	3,46
ÁREAS COM VEGETAÇÃO A PRESERVAR (VP)	35,3693	6,04
ÁREAS RESTRITAS (AR)	1,6738	0,29
REPRESAS / LAGOS	11,2267	1,92
ÁREAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO (EDIFICAÇÕES)	16,6641	2,84
ÁREAS DE EXPANSÃO	285,2631	48,69
FAIXA DE DOMÍNIO FERROVIA	2,9552	0,50
ÁREAS DE JARDINS (PEQUENAS ROTATÓRIAS* E ILHAS DO SISTEMA VIÁRIO E JARDINS DAS ÁREAS EDIFICADAS E DO RECUO DE MALHA VIÁRIA)	1,5296	0,26
DEMAIS ÁREAS (VIAS, ESTACIONAMENTOS, CALÇADAS, ETC.)	62,7284	10,71
ÁREA TOTAL	585,8922	100,00

* APENAS O BALÃO CENTRAL FICOU COMO VP; AS DEMAIS ROTATÓRIAS, COMO ÁREAS DE JARDINS.

Em versão preliminar do Plano Ambiental (antes de sua aprovação em 2007) constava o termo "Reserva Legal" ao invés de "Áreas de Florestas Nativas (N)"; a substituição foi feita porque desde 25 de fevereiro de 1988 o Campus da USP se situa em área urbana (Lei Municipal nº 5.218). A exigência de Reserva Legal, instituída pela Lei Federal nº 4.771/65 - Código Florestal, diz respeito apenas a áreas rurais.

Em 1998 teve início a implantação da Floresta do Campus realizado pela PCARP e FFCLRP em parceria com entidades governamentais e não-governamentais, com espécies originadas da mata estacional semidecidual típica da região. Conforme o Plano Ambiental do Campus de Ribeirão Preto 2007, esta floresta proporcionou um aumento de 20% da cobertura vegetal urbana do município de Ribeirão Preto, que se encontra em uma região com apenas 0,4% de sua área de cobertura original de florestas.

O Plano Diretor do Campus 1998 reservou para plantio de floresta nativa 77,5 hectares, mas o efetivamente plantado teria sido 105,8 hectares, como consta da tabela do Plano Ambiental 2007 (84,8 hectares contínuos e outros 21,0 hectares descontínuos).

O Plano Ambiental do Campus da USP em Ribeirão Preto delimitou como área de preservação permanente 50 metros ao redor do lago (a Resolução CONAMA nº 302 de 20 de março de 2002 exige 30 metros, mas a Lei Complementar 1616/2004 do Município - Código do Meio Ambiente - determina 50 metros). O Plano Ambiental 2007 incluiu áreas com declividade acima de 25%, enquanto o exigido pela legislação ambiental é declividade superior a 45% equivalente a 100% na linha de maior declive.

Quanto às áreas restritas, apesar da tabela apresentar um total de 1,6738 hectares, a planta do Plano Ambiental de 2007 não apresenta delimitação de cada uma delas.

A população total do Campus de Ribeirão Preto (em realidade a população total é maior que o registrado pelo *Anuário Estatístico* [da USP], pois não há dados para o Hospital das Clínicas, Hemocentro e outros usos instalados no Campus) mais que dobrou no período de 1988 a 2007 (2,45 vezes), subindo de 4.674 para 11.437 pessoas.

No intervalo de quase duas décadas, de 1988 a 2007, surgiram outras Unidades no Campus de Ribeirão Preto: a Faculdade de Economia e Administração – FEARP, o Centro de Informática – CIRP e a Faculdade de Direito – FDRP (a Escola de Educação Física e Esportes – EEFERP – não consta dos dados de 2007).

Comparando o crescimento estudantil entre 1988 e 2007 (alunos de graduação, pós-graduação e pós-doutorado), as Unidades que mais cresceram foram a FMRP, cuja população estudantil cresceu 2,8 vezes e a FFCLRP, 3,5 vezes.

A FEARP, criada em 1992 em curso noturno, já alcançava em 2007 o terceiro maior contingente de alunos de graduação.

A FORP foi a Unidade que registrou o menor crescimento no período; seu contingente populacional em 1988 era cerca de 15% do total do campus e em 2007 de cerca de 7%.

Os alunos (graduação, pós-graduação e pós-doutorado) passaram de 60% da população total do Campus de Ribeirão Preto em 1988 para 78,5% em 2007; em números absolutos, de 2.799 para 8.961 alunos (lembrando que o *Anuário Estatístico* não traz dados para HCRP, Hemocentro e outros usos no campus). E a participação de alunos de pós-graduação/pós-doutorado no total de alunos do Campus cresceu de 33% para 43% no período.

Os alunos de graduação passaram a ser 44% da população do campus em 2007, com mais 3.201 alunos em relação a 1988.

Segundo dados de 2009 do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, esta instituição tem 5.000 funcionários (Estado e FAEPA) e a população que tem acesso ao Ambulatório e Procedimentos é de 6.000 pessoas/dia (pacientes e acompanhantes). Ou seja, para o HCRP se dirige diariamente um contingente populacional semelhante ao total de alunos e servidores do Campus.

1988					
CAMPUS DE RIBEIRÃO PRETO					
POPULAÇÃO DE ALUNOS E SERVIDORES POR UNIDADE EM 1988					
UNIDADE	ALUNOS GRADUAÇÃO	ALUNOS PÓS-GRADUAÇÃO/ PÓS-DOCTORADO	DOCENTES	NÃO DOCENTES	TOTAL
EERP	212	104	71	68	455
FCFRP	227	5	69	128	429
FFCLRP	547	177	117	146	987
FMRP	556	535	268	409	1.768
FORP	334	102	99	149	684
PCARP	0	0	0	351	351
TOTAL	1.876	923	624	1.251	4.674

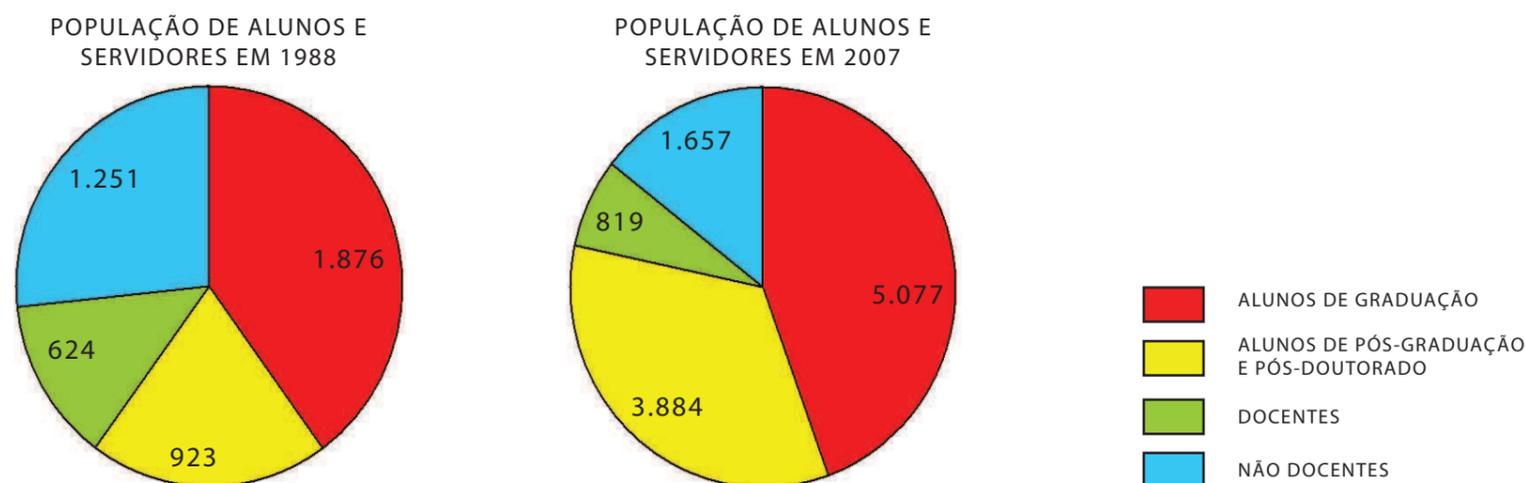
(*) Havia mais 43 alunos de pós-graduação em programa conjunto EE/EERP e 27 alunos de pós-graduação em programa conjunto EESC/FMRP/ICMSC/IFQSC.

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO [USP] 1989

2007					
CAMPUS DE RIBEIRÃO PRETO					
POPULAÇÃO DE ALUNOS E SERVIDORES POR UNIDADE EM 2007					
UNIDADE	ALUNOS GRADUAÇÃO	ALUNOS PÓS-GRADUAÇÃO/ PÓS-DOCTORADO	DOCENTES	NÃO DOCENTES	TOTAL
EERP	437	405	87	108	1.037
FCFRP	456	369	91	169	1.085
FDRP	0	0	0	8	8
FEARP	1.062	139	76	47	1.324
FFCLRP	1.638	922	171	184	2.915
FMRP	1.162	1.850	300	480	3.792
FORP	322	199	94	165	780
CIRP	0	0	0	24	24
PCARP	0	0	0	472	472
TOTAL	5.077	3.884	819	1.657	11.437

(*) Havia mais 172 alunos de graduação em programa conjunto FFCLRP/FMRP.

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO [USP] 2008





- PREFEITURA DO CAMPUS ADMINISTRATIVO
- FACULDADE DE MEDICINA
- FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS
- FACULDADE DE ODONTOLOGIA
- FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS
- FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
- ESCOLA DE ENFERMAGEM
- CENTRO DE INFORMÁTICA
- OUTROS

Distribuição das Unidades no Campus (Fonte: PCARP / Fev. 2007)

Problemas do Campus de Ribeirão Preto

1. A infra-estrutura, praticamente a herdada da Escola Prática de Agricultura, é insuficiente para um campus universitário.

- 1.1. A rede de drenagem existente está muito aquém das necessidades atuais e as poucas micro-bacias de contenção amenizam, mas não solucionam a questão da retenção de águas pluviais.
- 1.2. A rede de esgoto está no limite da capacidade e é preciso um projeto de expansão para todo o campus.
- 1.3. As novas vias previstas no Plano Diretor Físico do Campus de 2003 foram executadas parcialmente e o Campus ainda não possui um sistema viário adequado aos usos instalados e à expansão futura.
- 1.4. Faltam áreas de estacionamento, ciclovias e bicicletários.
- 1.5. Faltam eixos de mobilidade do pedestre e acessibilidade.

2. A integração com os sistemas urbanos deixa a desejar.

- 2.1. Apesar da execução de um trecho de ciclovia no campus, não há ciclovia urbana que se conecte com a mesma
- 2.2. A Avenida Governador Lucas Nogueira Garcez precisa ser complementada pela PMRP até o acesso previsto para o Parque Tecnológico (empreendimento comum da USP e da Prefeitura Municipal).
- 2.3. Apesar do Protocolo de Intenções assinado pela USP com a Prefeitura Municipal, não foi criado o "Parque Santa Luzia" na área da antiga pedreira, permanecendo indefinido o uso desta parte do Campus.

3. Comprometimento do patrimônio

- 3.1. O terreiro de café da Fazenda Monte Alegre foi utilizado em parte para

instalação da piscina do CEFER e no restante cresceu (ou foi plantado) um bosque que não permite mais sua visualização ou de seus muros de arrimo em pedra.

3.2. Algumas visuais importantes - como a do prédio central da EPA, sede da FMRP, desde o acesso pela Estrada de Sertãozinho - foram perdidas em função de um plantio indiscriminado de árvores.

3.3. Algumas antigas residências foram ocupadas por usos cujos programas exigiriam área maior e/ ou estacionamento para vários veículos; são inúmeros os casos de acréscimos que descaracterizaram os modelos originais e de vagas de automóveis interferindo no espaço frontal destas casas.

3.4. As casas da Colônia Napolitana, dentre outras, estão necessitando recuperação.

3.5. O atual restaurante do campus está instalado em um edifício anexo ao antigo Ginásio Esportivo, prédio tombado (está prevista a demolição deste anexo após a conclusão do novo restaurante).

3.6. Algumas vias pavimentadas em pé-de-moleque são rota de ônibus, inclusive do circular.

4. Diminuição do potencial construtivo do campus.

4.1. Ruas dentro da área do Campus são utilizadas como se fossem urbanas, como a Rua Lucien Lison e a Avenida Luigi Rosiello; esta última, na configuração atual, constitui obstáculo para expansão da FORP.

4.2. A área de floresta nativa foi plantada além do previsto no Plano Diretor do Campus de 1998, reduzindo a área disponível no Campus para novos usos acadêmicos e de apoio.

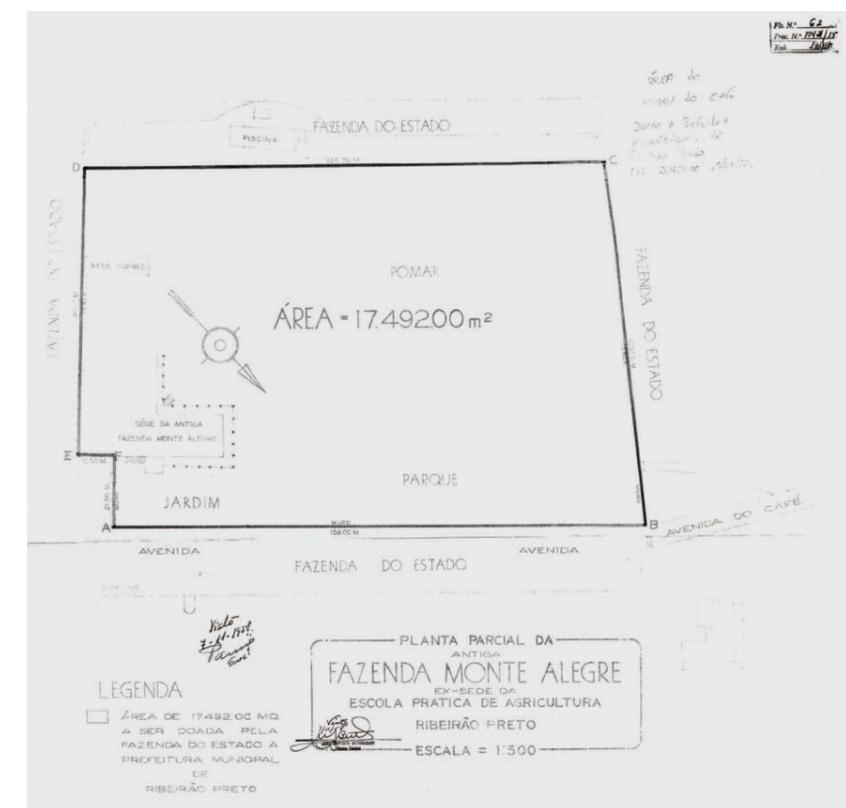
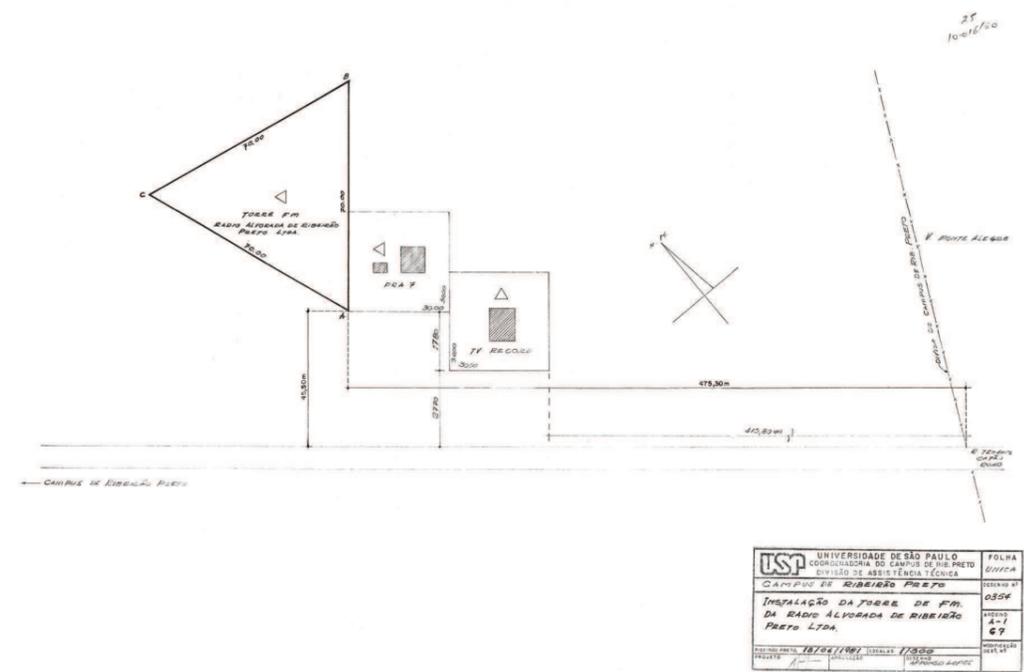
4.3. Existem usos no campus não relacionados a ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

5. Retificação fundiária.

A área do Campus constante do título imobiliário difere da área abrangida pelas divisas do campus, levantadas em 1998.



Em 24 de julho de 1972, [...], foi assinado um contrato de comodato entre a Universidade e a Prefeitura de Ribeirão Preto, cedendo a primeira à segunda uma gleba de terra para o fim específico de nele ser construído um reservatório de água com capacidade inicial de 500 m³ e com a possibilidade de ampliação para 1000 m³ (USP. Reitoria. Assistência Técnica do DSA. Contrato de Comodato. Processo 20.224-71, fls. 16-8) (MAURO; NOGUEIRA, 2004. p. 77)



Entre a elaboração do Plano Diretor Físico do Campus de Ribeirão Preto – 2003 e do Plano Diretor Físico do Campus de 2009 houve vários avanços, como a elaboração de planos diretores setoriais:

- A realização do I Workshop da Comissão do Meio Ambiente do Campus da USP em Ribeirão Preto, em 09 de outubro de 2003; a Coesf sugeriu a participação do Prof. Dr. Waldir Mantovani do Instituto de Biociências – IB-USP neste evento;

- A proposta da USP e da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto de criação de um Parque Tecnológico no setor norte do Campus; estudo preliminar de 2005 previa implantação do Parque Tecnológico em área de 48,70 hectares, mas em 2007 a área a ser ocupada com este uso foi reduzida a aproximadamente 30 hectares;

- A proposta da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto de criação de um parque urbano na área da antiga pedreira, em terreno formado por trecho do Campus e por próprio municipal, o que motivou a assinatura de um Protocolo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público, a USP e a Prefeitura Municipal, mas que não foi implantado;

- O Plano elaborado pela Coesf para o Setor de Serviços e Moradia Estudantil, de setembro de 2006, incluindo o novo restaurante do campus;

- O Plano Diretor Físico do conjunto Faculdade de Ciências Farmacêuticas e Faculdade de Odontologia, elaborado pela Coesf, cuja primeira versão foi concluída em novembro de 2006 e aprovada pela FCFRP, mas como a FORP solicitou algumas alterações no concernente às suas instalações, houve a segunda versão, de novembro de 2007, a qual foi aprovada pela FORP;

- O Plano Ambiental do Campus de Ribeirão Preto, elaborado de 2004 a 2006 e aprovado pelo CORP em 2007;

- O Plano Diretor de Expansão da Faculdade de Medicina, elaborado por uma Comissão FMRP e pela Coesf, de dezembro de 2007;

- Consolidação das propostas de expansão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Setor Exatas, pela Coesf, em 2008;

- Estudo da implantação geral da Escola de Educação Física e Esportes – EEFERP, elaborado pela Coesf;

- Implantação da Faculdade de Direito;

- Plano Diretor do Hospital das Clínicas – HCFMRP, elaborado por esta instituição em 2008;

- Expansão do Hemocentro, 2009.

Parte das obras viárias previstas no Plano Diretor do Campus de 2003 foram executadas:

1 - A execução da Rua Prof. Ruy Barbosa Roselino e da Rua Prof. Ernesto Giesbrecht (incompleta);

2 - A construção de rotatória e duplicação de trecho da Rua Prof. Hélio Lourenço (antiga Avenida Norte) entre o Hospital Universitário e o Centro de Vivência da FMRP;

3 - A retificação da Rua Prof. Aymar Baptista Prado (antiga Av. Perimetral Leste), trecho junto ao Bloco M da FCFRP, para permitir a execução de calçada;

4 - O prolongamento da Rua Prof. Hélio Lourenço entre a Rua Tenente Catão Roxo e a Av. Governador Lucas Nogueira Garcez e construção de rotatória no cruzamento com a Rua Tenente Catão Roxo.



Além destas obras viárias, a PCARP pavimentou as ruas das Colônias Milaneza, Nova Milaneza e Velha Milaneza.

O Plano Diretor do Campus de Ribeirão Preto 2009, assim como o de 2003, foi baseado no mapeamento aerofotogramétrico de 1998 atualizado com as novas construções e alterações viárias, visitas de campo, levantamentos topográficos e cadastrais realizados em várias áreas do Campus entre 2003 e 2009 e integrou os planos e estudos setoriais elaborados neste período.

As áreas cuja vegetação não pode ser removida conforme definição e delimitação constantes do Plano Ambiental de 2007 – áreas de Florestas Nativas (N), áreas com Vegetação a Preservar (VP), Áreas Restritas (AR) e Áreas de Preservação Permanente (APP)* – fazem parte das áreas não edificáveis do Plano Diretor do Campus 2009.

O estudo mais detalhado de diversas áreas do Campus orientou a reformulação em 2009 do Plano Diretor do Campus, mas foram mantidas as linhas gerais do Plano de 2003.

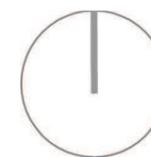
As três plantas que resumem o Plano Diretor Físico do Campus 2009 foram aprovadas em fevereiro de 2009 pelo CORP: 1. Propostas – Sistema Viário e Edifícios; 2. Propostas – Áreas Edificáveis e 3. Propostas – Áreas de Expansão a Curto Prazo das Unidades.

* As áreas de Florestas Nativas, de Vegetação a Preservar e as Áreas Restritas são específicas do Campus de Ribeirão Preto e as Áreas de Preservação Permanente são as protegidas pela legislação ambiental brasileira.



CONVENÇÕES

-  SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE
-  CONSTRUÇÕES EXISTENTES
-  VEGETAÇÃO NÃO REMOVÍVEL
-  VEGETAÇÃO REMOVÍVEL
-  SISTEMA VIÁRIO EPROJETADO
-  CONSTRUÇÕES PROJETADAS



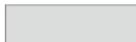
ESCALA 1 : 15 000



Plano Diretor Físico do Campus de 2009 - Propostas Sistema Viário e prédios projetados para o Campus



CONVENÇÕES

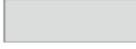
-  SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE
-  CONSTRUÇÕES EXISTENTES
-  VEGETAÇÃO NÃO REMOVÍVEL
-  VEGETAÇÃO REMOVÍVEL
-  SISTEMA VIÁRIO EPROJETADO
-  CONSTRUÇÕES PROJETADAS
-  ÁREAS EDIFICÁVEIS

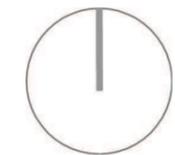


ESCALA 1 : 15 000
 0 50 250 500 m



CONVENÇÕES

-  SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE
-  CONSTRUÇÕES EXISTENTES
-  VEGETAÇÃO NÃO REMOVÍVEL
-  VEGETAÇÃO REMOVÍVEL
-  SISTEMA VIÁRIO EPROJETADO
-  CONSTRUÇÕES PROJETADAS
-  ÁREAS EDIFICÁVEIS
-  ÁREAS DE EXPANSÃO A CURTO PRAZO DOS EDIFÍCIOS DAS UNIDADES



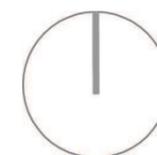
ESCALA 1 : 15 000





CONVENÇÕES

- SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES
- VEGETAÇÃO NÃO REMOVÍVEL
- VEGETAÇÃO REMOVÍVEL
- SISTEMA VIÁRIO EPROJETADO
- CONSTRUÇÕES PROJETADAS
- ÁREAS EDIFICÁVEIS
- ÁREAS DE EXPANSÃO A CURTO PRAZO DOS EDIFÍCIOS DAS UNIDADES



ESCALA 1 : 5 000

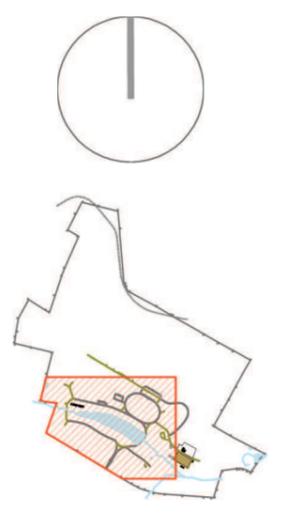


Plano Diretor Físico do Campus de 2009
Propostas - Setor Sudeste

Plano Diretor Físico do Campus de Ribeirão Preto



- CONVENÇÕES**
- SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE
 - CONSTRUÇÕES EXISTENTES
 - VEGETAÇÃO NÃO REMOVÍVEL
 - VEGETAÇÃO REMOVÍVEL
 - SISTEMA VIÁRIO EPROJETADO
 - CONSTRUÇÕES PROJETADAS
 - ÁREAS EDIFICÁVEIS
 - ÁREAS DE EXPANSÃO A CURTO PRAZO DOS EDIFÍCIOS DAS UNIDADES



ESCALA 1 : 5 000
 0 50 100 200 m

Plano Diretor Físico do Campus de 2009
 Propostas - Setor Sudoeste

Plano Diretor Físico do Campus de Ribeirão Preto



CONVENÇÕES

- SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES
- VEGETAÇÃO NÃO REMOVÍVEL
- VEGETAÇÃO REMOVÍVEL
- SISTEMA VIÁRIO EPROJETADO
- CONSTRUÇÕES PROJETADAS
- ÁREAS EDIFICÁVEIS
- ÁREAS DE EXPANSÃO A CURTO PRAZO DOS EDIFÍCIOS DAS UNIDADES

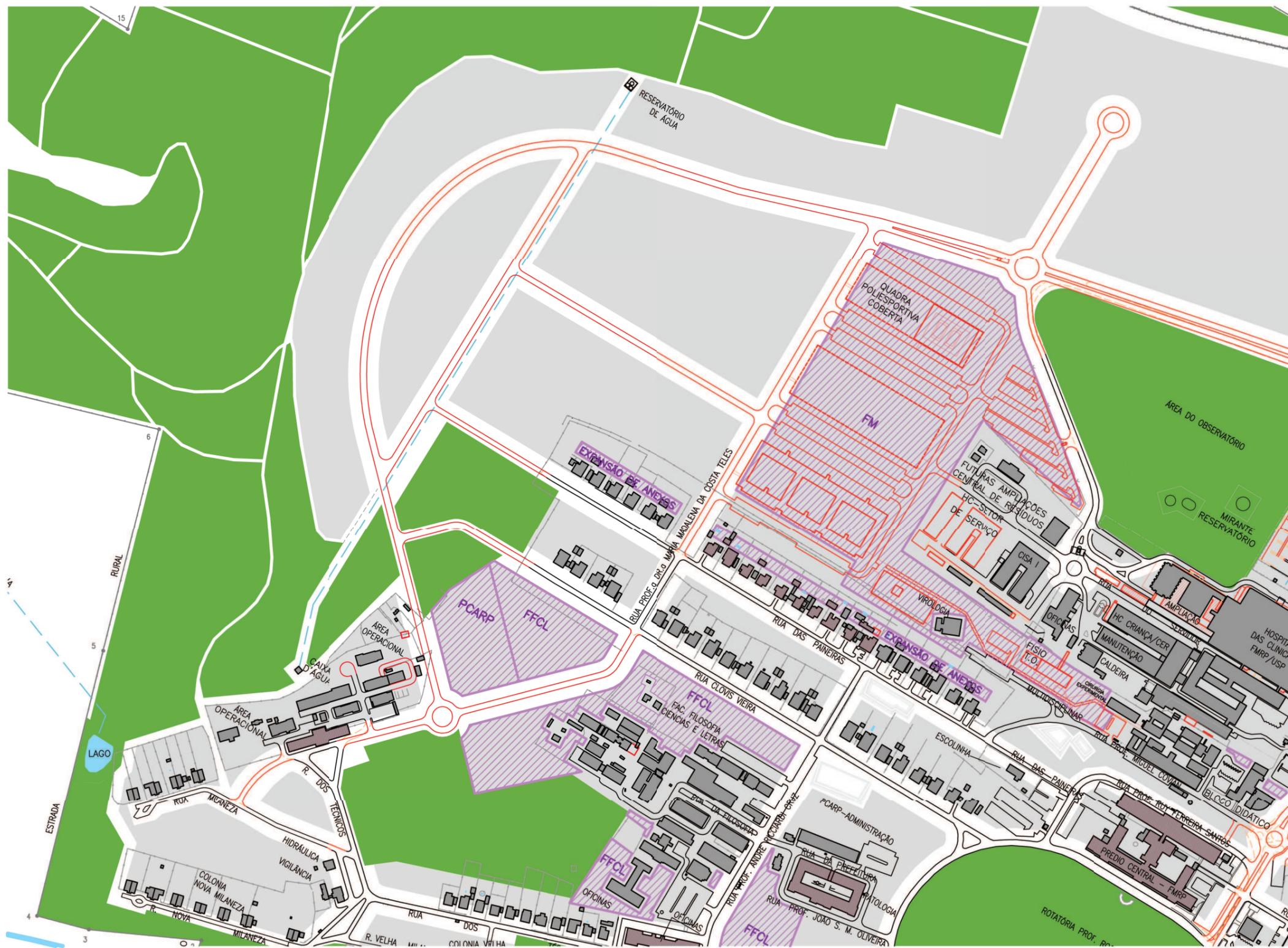


ESCALA 1 : 5 000



Plano Diretor Físico do Campus de 2009
Propostas - Setor Nordeste

Plano Diretor Físico do Campus de Ribeirão Preto



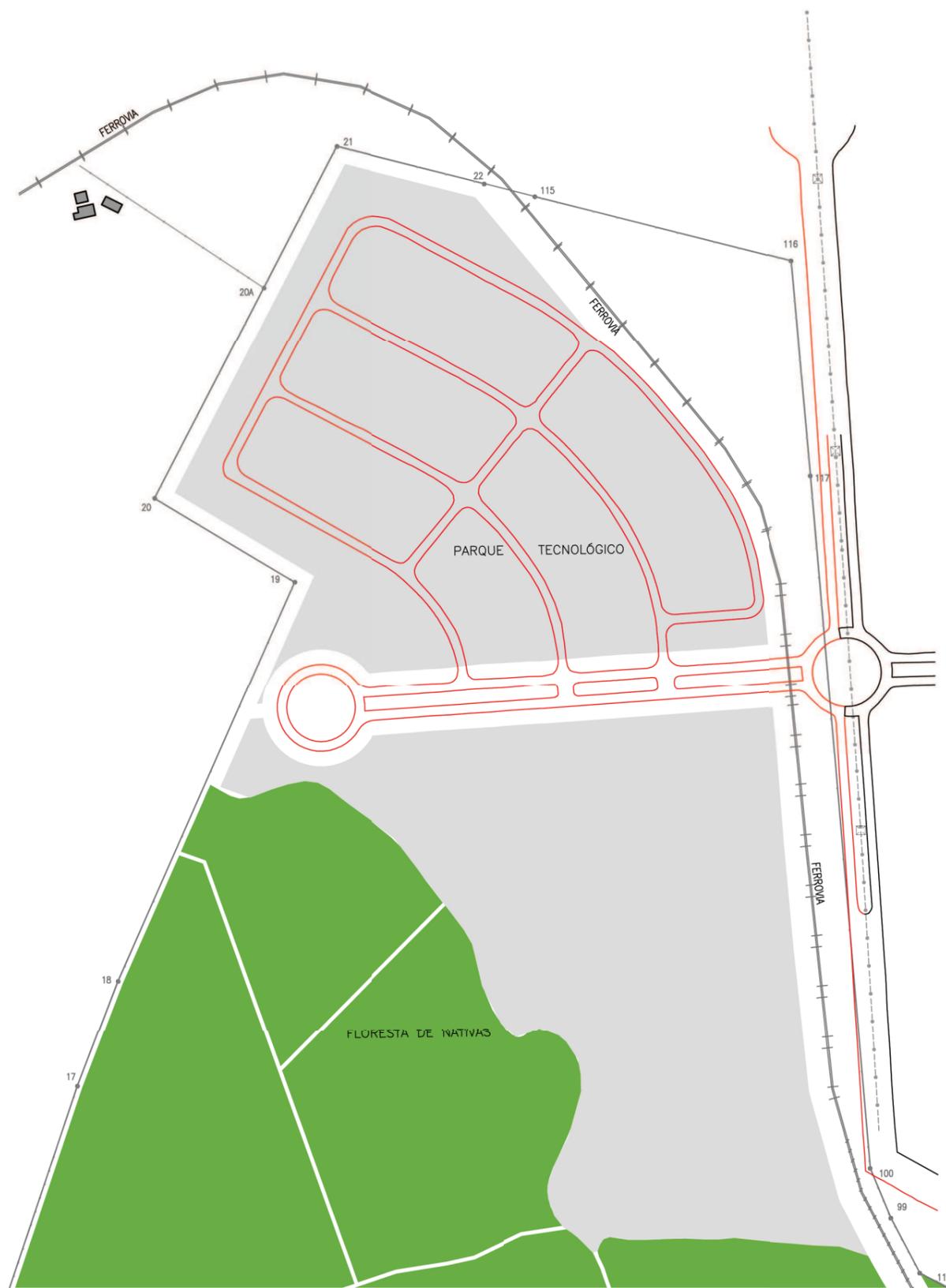
CONVENÇÕES

- SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES
- VEGETAÇÃO NÃO REMOVÍVEL
- VEGETAÇÃO REMOVÍVEL
- SISTEMA VIÁRIO EPROJETADO
- CONSTRUÇÕES PROJETADAS
- ÁREAS EDIFICÁVEIS
- ÁREAS DE EXPANSÃO A CURTO PRAZO DOS EDIFÍCIOS DAS UNIDADES



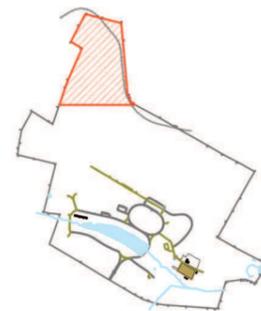
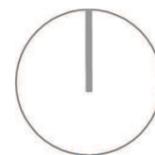
ESCALA 1 : 5 000
 0 50 100 200 m

Plano Diretor Físico do Campus de 2009
 Propostas - Setor noroeste



CONVENÇÕES

-  SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE
-  CONSTRUÇÕES EXISTENTES
-  VEGETAÇÃO NÃO REMOVÍVEL
-  VEGETAÇÃO REMOVÍVEL
-  SISTEMA VIÁRIO EPROJETADO
-  CONSTRUÇÕES PROJETADAS
-  ÁREAS EDIFICÁVEIS



ESCALA 1 : 5 000
 0 50 100 200 m

Plano Diretor Físico do Campus de 2009
 Propostas - Setor norte

DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CAMPUS DE RIBEIRÃO PRETO NO PERÍODO 2009 a 2020

1. Proteção e recuperação do patrimônio histórico e cultural do Campus

- 1.1. Redução do fluxo de veículos nas vias pavimentadas em pedra, com a oferta de rotas alternativas;
- 1.2. Recuperação e manutenção do pavimento em pedra e dos imóveis tombados e históricos;
- 1.3. Preservação das características externas originais dos imóveis tombados (fachadas e entorno) e de sua visualização desde vias e espaços de uso comum;
- 1.4. Análise prévia do programa que se pretenda instalar nos imóveis tombados, para verificar se é compatível com as dimensões e características dos mesmos, evitando-se ampliações (ainda que em edículas) e a criação de estacionamento ou carga e descarga.

2. Racionalização do uso do solo do Campus

- 2.1. O solo do Campus deve ser considerado como recurso finito;
- 2.2. O potencial construtivo do Campus deve ser preservado para a ampliação das Unidades existentes e implantação de usos futuros, mediante:
 - 2.2.1. Verticalização dos futuros edifícios (três a cinco pavimentos), sem prejudicar a visualização do patrimônio histórico/cultural
 - 2.2.2. Uso racional dos edifícios: integração de atividades e utilização em todos os períodos, na medida do possível;
 - 2.2.3. Manutenção das áreas atualmente livres para que não sejam cobertas por vegetação arbórea natural ou plantada.
 - 2.2.4. O campus deve ser pensado como um todo e os locais para compensação arbórea devem ser objeto de análise prévia criteriosa.
- 2.3. Permissões de uso devem ser objeto de análise prévia criteriosa sobre se atendem os objetivos da Universidade e quanto afetam o potencial construtivo do Campus.

3. Proteção do meio ambiente

- 3.1. O patrimônio ambiental do Campus deve ser protegido, em especial as Áreas de Proteção Permanente – APPs;
- 3.2. A implantação de atividades potencialmente poluidoras do solo, do ar ou da água deve ser objeto de análise prévia criteriosa;
- 3.3. Atenção permanente deve ser dada à destinação de resíduos.

4. Racionalização do uso da água

- 4.1. Reduzir perdas no sistema de distribuição de água no Campus;
- 4.2. Promover o reuso de água no Campus (o reuso deve ser monitorado, para não oferecer riscos à saúde humana);
- 4.3. Armazenar e utilizar águas pluviais.

5. Racionalização do uso de energia

Racionalizar o uso de energia elétrica no Campus.

6. Melhoria e complementação da infraestrutura do Campus

- 6.1. Elaboração de projetos e execução de obras para complementação da infraestrutura do campus, especialmente de drenagem* e coleta de esgotos.
 - 6.1.1. Previsão de um sistema de drenagem que contemple dispositivos de atenuação / contenção da água pluvial, de forma a garantir que as novas edificações não venham a contribuir para o aumento do deflúvio, em especial na bacia do córrego Laureano;
 - 6.1.2. Adoção de soluções permeáveis para pisos de passeios e estacionamentos.

7. Eixos de mobilidade para o pedestre e o ciclista

- 7.1. Elaboração de projetos e obras para estimular o deslocamento a pé, em especial no núcleo do Campus (CEFER, Biblioteca, antiga Capela), prevendo acessibilidade ao portador de necessidades especiais;
 - 7.2. Elaboração de projetos e obras para estimular o deslocamento em bicicleta no campus, interligando as áreas acadêmicas, as moradias e as áreas de convivência / de serviços, prevendo bicicletários.
- Nos projetos de eixos de mobilidade a preservação do patrimônio cultural deverá ser levada em consideração.

* Reunião na Coesf em 26/06/2008 com o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT, a Prefeitura do Campus Administrativo de Ribeirão Preto – PCARP e o escritório Hidrostudio Engenharia (que elaborou o plano de macrozoneamento da cidade de Ribeirão Preto) tratou da necessidade de elaboração de Plano Diretor de Drenagem para o Campus da USP em Ribeirão Preto.

6. PLANO ESTRATÉGICO DE AÇÕES

1. Solucionar a questão da expansão do Campus, em especial da FORP, a leste.

1.1. Primeiro Cenário:

Reconstruir a Av. Luigi Rosiello, em pista simples mais ciclovia, no trecho entre a Avenida do Café e a Rua Curupaiti do loteamento Vila Monte Alegre. Conforme previsto no Plano Diretor da FCFRP/FORP, passar a utilizar a atual pista da Av. Luigi Rosiello para acesso exclusivo da FORP.

Deslocar o muro do Campus no trecho junto à FORP.

1.2. Segundo Cenário:

Transferir a Portaria do Campus para além da Praça Fritz Koberle, passando a utilizar a atual pista da Av. Luigi Rosiello para acesso exclusivo da FORP e a Rua Lucien Lison para acesso exclusivo da EEFERP.

A Avenida Luigi Rosiello permanece como via de uso urbano entre a Rua Curupaiti e a Av. Governador Lucas Nogueira Garcez.

Eliminar o muro do Campus no trecho junto à FORP.

2. Reavaliar a criação de um parque urbano na antiga pedreira

O prazo de dois anos estabelecido pelo Protocolo de Intenções já venceu em novembro de 2006, sem que tenha sido criado o parque municipal, nem mesmo no terreno vizinho, que pertenceria à Prefeitura Municipal.

Em qualquer dos cenários abaixo deverá ser reavaliado o projeto deste parque, pois foi elaborado sem a participação dos órgãos responsáveis da Universidade e previa construções no terreno da USP (sede da Promotora do Meio Ambiente, estacionamento, etc.), que demandariam recursos permanentes para manutenção, além dos necessários à execução das obras.

2.1. Primeiro Cenário:

A atual administração municipal não pretende dar prosseguimento ao assunto. Caberá neste caso exclusivamente à USP decidir sobre o local.

2.2. Segundo Cenário

Interessa à PMRP a concretização do parque, mas alega não ter recursos.

O ideal é executar um parque de baixo custo, apenas com vegetação, lazer contemplativo e percurso para caminhada. A PMRP deverá cercar a área e se responsabilizar pela segurança dos usuários.

A Universidade deverá receber uma compensação pela disponibilidade da área, como o uso das instalações do Museu Municipal / Museu do Café.

3. Acesso ao Parque Tecnológico

Resolver com a PMRP a questão da faixa do Campus necessária para a complementação da Av. Governador Lucas Nogueira Garcez até a entrada da Fase I prevista para o Parque Tecnológico.

4. Propor à PMRP a execução de ciclovias urbanas que se conectem ao Campus

Considerando a importância do Campus, do Hospital das Clínicas e do futuro Parque Tecnológico como destino dos deslocamentos urbanos, propor as seguintes ciclovias:

- No canteiro central da Avenida Governador Lucas Nogueira Garcez;
- No leito da antiga estrada de ferro;
- No canteiro da Avenida do Café.

A faixa da antiga ferrovia merece atenção especial, pois foi invadida em área urbana externa ao Campus; a Brasil Ferrovias deve ser contatada a respeito do uso desta área.

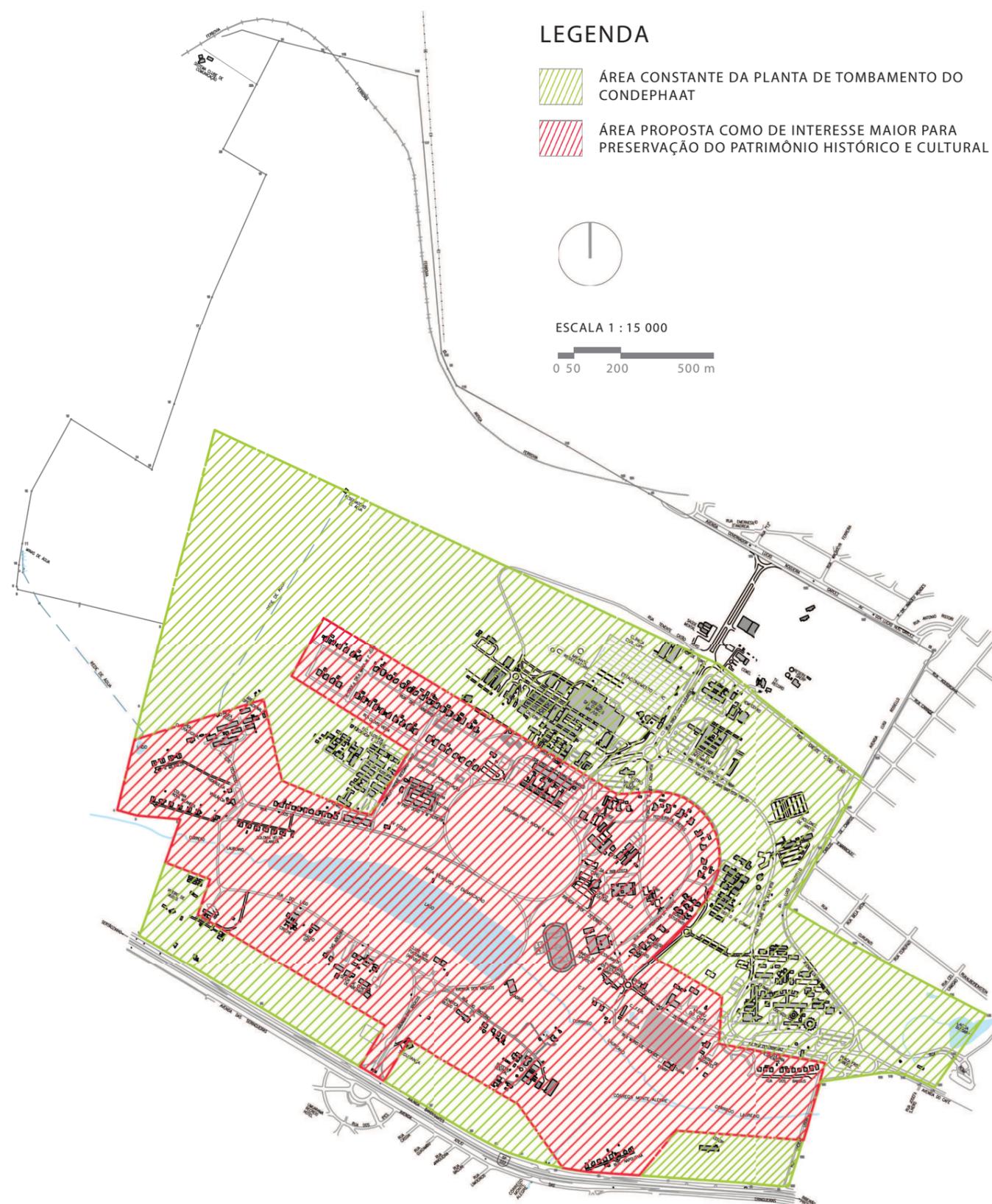
5. Rever os percursos dos ônibus urbanos, intermunicipais e do circular USP

Um dos objetivos é excluir das vias do Campus percursos com destino ao Hospital das Clínicas, uma vez que já está executada a entrada pela Avenida Governador Lucas Nogueira Garcez; outro objetivo é minimizar o uso das vias históricas do Campus.

6. Completar a construção da Rua Prof. Ernesto Giesbrecht (via paralela à Rua Pedreira de Freitas)

7. Incorporar as instalações do BANESPA

O prazo da cessão de uso ao BANESPA expirou e a FEARP necessita de área para sua expansão (é a única Unidade do Campus para a qual não há proposta de crescimento em terreno contínuo).



8. Retificar a área do Campus no Registro de Imóveis

Retificar no Registro de Imóveis a área do Campus, comparando previamente o levantamento topográfico das divisas efetuado em 1998 com o perímetro constante da “Planta do Próprio Estadual Fazenda Monte Alegre / Área Ocupada pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo” de 1952 elaborada pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Departamento Jurídico do Estado / Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, em anexo.

9. Propor ao CONDEPHAAT a revisão do tombamento do Campus

Propor a revisão do perímetro do tombamento (conforme indicado em mapa anexo), para que não sejam necessárias aprovações no CONDEPHAAT de obras em locais que não interferem visualmente com a área de interesse. Desta maneira se tornaria mais ágil o processo de construção em alguns setores do Campus, como na área do futuro Parque Tecnológico.

Propor que ao invés do tombamento da “paisagem”, sejam tombadas especificamente as vias históricas e o entorno e as visuais dos imóveis históricos. E que sejam perfeitamente identificadas as residências tombadas (aparentemente foram tombadas as casas de número 7 a 16 da Rua das Paineiras).

Em contrapartida, a USP se comprometeria a redobrar o zelo pelo seu patrimônio histórico e cultural (vias e imóveis da antiga fazenda de café, da extinta EPA e dos primeiros anos da FMRP).

10. Recuperar imóveis históricos

Reconstruir o mirante do Morro do Observatório e demolir o anexo do Ginásio.

Recuperar a área frontal das casas históricas, recuperando sua visualização desde a via pública e removendo intervenções, no que for possível.

Elaborar um programa de recuperação dos imóveis históricos, iniciando as obras pelos que estiverem em piores condições, como as casa da Colônia Napolitana.

11. Recuperar parte do antigo terreiro de café

Construir uma nova piscina no CEFER (na área onde existiu a Antiga Colônia) e demolir a atual, reconstituindo o piso do antigo terreiro. O espaço poderia abrigar apresentações musicais da ECARP.

Os muros de pedra do terreiro precisam passar por uma recuperação, removendo-se as mudas de árvores cujo desenvolvimento acarretará a destruição deste patrimônio.

12. Contratar os projetos de macrodrenagem e de coleta de esgoto (revisão/expansão) para o Campus

13. Planos Diretores Setoriais – elaboração e execução

Devido ao crescimento dos últimos anos, sem que houvesse um estudo de acessos viários e eixos de mobilidade e acessibilidade para o pedestre, é recomendável a elaboração de um Plano Diretor para a FFCLRP- Biológicas.

Outro setor que necessita estudos é a grande quadra entre a Rua Tenente Catão Roxo e a Av. Governador Lucas Nogueira Garcez, onde se situa o Setor de Serviços.

Os planos diretores setoriais devem prever centralidades (núcleos com serviços de apoio).

Recomenda-se também a elaboração dos projetos executivos dos planos diretores da FCFRP/FORP e da FMRP e sua execução por etapas.

14. Programa PURA no Campus

Buscar parcerias com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani), para realizar programa de redução do consumo de água no Campus através da minimização de perdas no sistema de distribuição de água, aproveitamento de águas pluviais e implantação de sistema para reuso de água.

15. Disposição de Resíduos e proteção do meio ambiente

Buscar apoio em / integração com:

- A Agência Ambiental de Ribeirão Preto da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (antiga CETESB) da Secretaria de Estado do Meio Ambiente;
- A Câmara Técnica de Saneamento e Águas Subterrâneas, ligada ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo.

6. FONTES

Fontes indicadas no texto

- 1 - MORAES, Prof^a. Maria Augusta de Sant'Ana, Doutora em História na USP. Monte Alegre: Dos Tempos do Café à Faculdade de Medicina. Monografia elaborada quando do aniversário dos 40 anos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (1992). Disponível em www.resenet.com.br/montealegre.htm
- 2 - www.multirio.rj.gov.br
- 3 - www.pcarp.usp.br/acsi
- 4 - www.cmef.com.br
- 5 - Wikipédia
- 6 - MAURO, José Eduardo Marques; NOGUEIRA, Arlinda Rocha. FMRP-USP: Primeiros Tempos, através dos documentos e pela voz de seus construtores. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC, 2004
- 7 - www.fcfrp.usp.br
- 8 - www.fearp.usp.br
- 9 - www.ffclrp.usp.br
- 10 - www.ribeiraopretoonline.com.br
- 11 - www.eerp.usp.br
- 12 - www.ferias.tur.br
- 13 - www.hcrp.fmrp.usp.br
- 14 - Manual do Calouro do Campus de Ribeirão Preto 2009, Serviço de Comunicação Social da PCARP-USP
- 15 - www.eerp.usp.br
- 16 - www.scribd.com/doc/517783/cemel
- 17 - www.musica.pcarp.usp.br
- 18 - Diário Oficial do Estado de São Paulo
- 19 - USP. PCARP. Processo 03.1.664.53.1
- 20 - USP. Reitoria. Assistência Técnica DSA. Secção de Registro de Imóveis. *apud* MAURO; NOGUEIRA, 2004
- 21 - Relatório "DADOS RELATIVOS AOS IMÓVEIS OCUPADOS PELA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: ÁREAS DOS TERRENOS, ÁREAS LIVRES E ÁREAS CONSTRUÍDAS" constante do processo 28245/71 – Acervo CJ
- 22 - www.unicamp.br
- 23 - Revista Estudos Avançados vol.4 n°10 São Paulo Set / Dez 1990. *Programa USP-BID possibilita maior intercâmbio científico*. Mauro Marcos de Oliveira Bellesa. www.scielo.br
- 24 - USP Online 19.10.05
- 25 - Resolução CoG n° 4949, de 21.08.02 e www.fmrp.usp.br
- 26 - USP. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Processo 2001.1.16890.1.1, pp. 7 e 8
- 27 - www.usp.br
- 28 - www.desenvolvimento.sp.gov.br
- 29 - www.inovacao.usp.br

30 - www.universia.com.br

31 - www.fipase.org.br

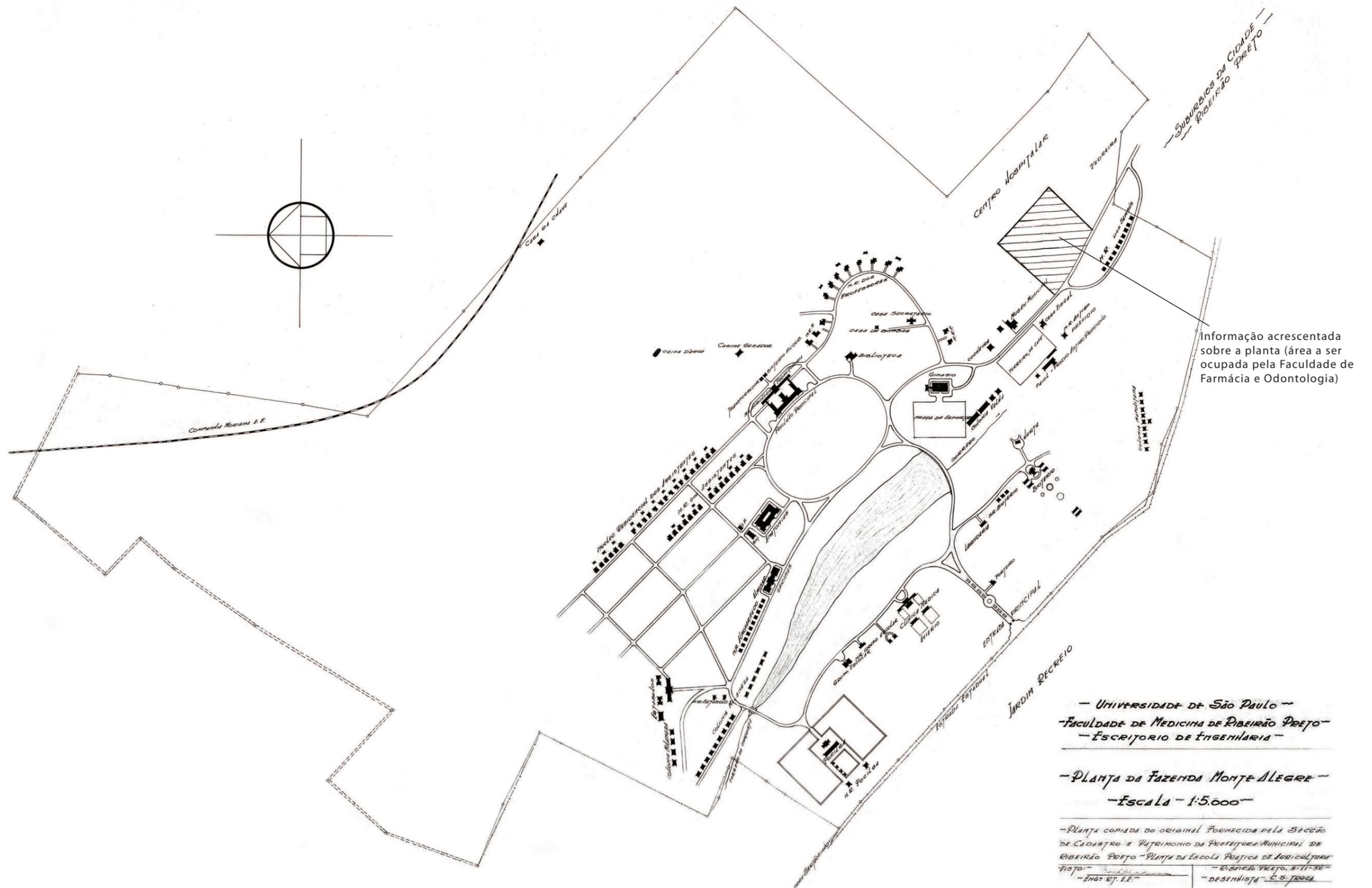
Fontes Cartográficas

- Governo do Estado. Secretaria da Justiça e Negócios do Interior. Planta do Próprio Estadual Fazenda Monte Alegre. Proc. D.J. n° 12.814/52 (assinaturas de 1965).
- USP. FMRP. Planta da Fazenda Monte Alegre. Data: 08/11/1956. Acervo da CJ
- USP. FMRP. Área pleiteada pela Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto. Data: julho de 1959.
- S/ autoria. Planta dos terrenos da Faculdade de Medicina / Município de Ribeirão Preto (com indicação de pavimentação de vias e construção nova). S/ data (década de 1970).
- S/ autoria. Planta dos terrenos da Faculdade de Medicina / Município de Ribeirão Preto (com atualização de novos edifícios). S/ data (década de 1970).
- USP. Coordenadoria do Campus de Ribeirão Preto. Planta geral dos terrenos, com prédios, árvores e curvas de níveis. Data: 1984, atualizado em data posterior. Base: reprodução de levantamento aerofotogramétrico PMRP nov/84.
- USP. Coordenadoria do Campus de Ribeirão Preto. Planta geral dos terrenos, com vias de acesso e prédio. Data: 1983, atualizado em 1985 (ou data posterior). Base: reprodução de levantamento aerofotogramétrico PMRP nov/84.
- FUNDUSP. Campus Universitário de Ribeirão Preto. Situação e Cadastro Atual. Data: dez 1988. Base: reprodução de levantamento aerofotogramétrico PMRP nov/84.
- S/ autoria. Planta do loteamento Vila Monte Alegre. S/ data. (Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto).
- Mapeamento aerofotogramétrico do Campus de Ribeirão Preto. Base Aerofotogrametria S.A., 1998.
- Levantamentos topográficos e cadastrais realizados em setores do Campus de Ribeirão Preto entre 1998 e 2009.

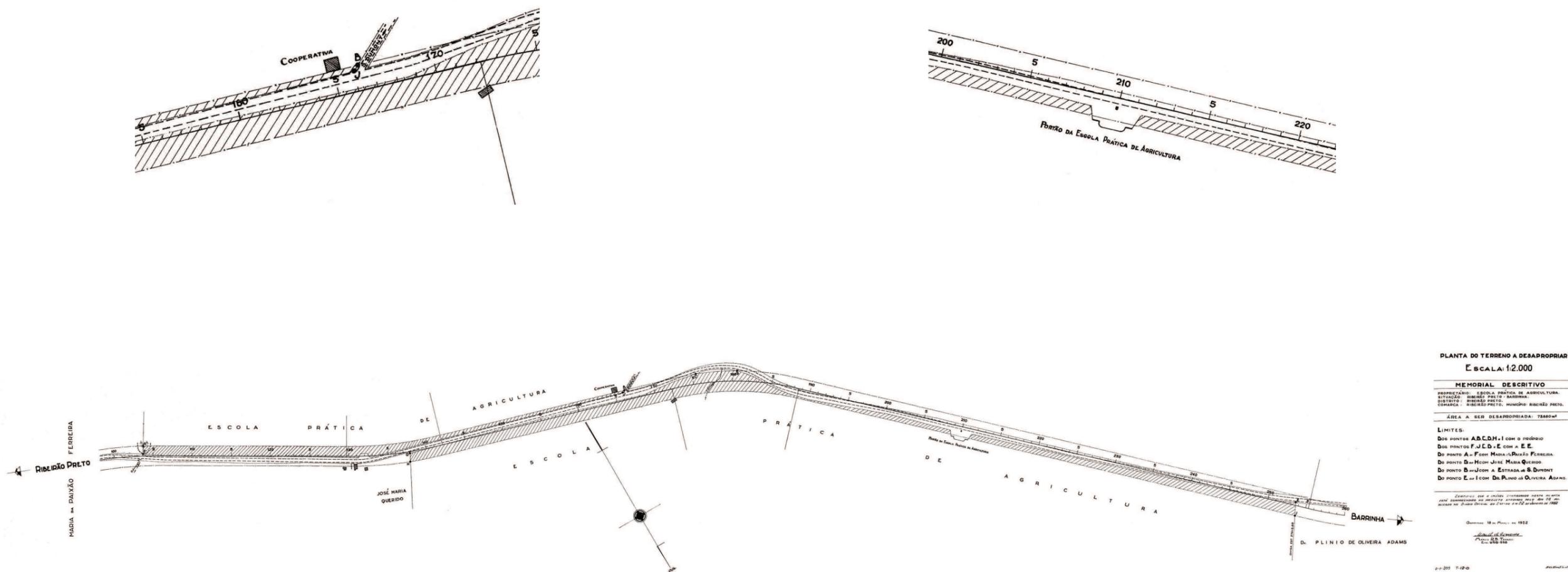
Outras fontes consultadas

- Decreto Lei de 13.05.1970 (DOESP 14.05.1970)
- Portaria GR n° 1696 de 03.02.1972
- Termo de Comodato da USP para a PMRP de 24.07.1972
- Decreto Governamental n° 5407 de 30.12.1974
- Portaria GR n° 1.018 de 17.07.1981
- Resolução n° 3195 de 26.06.1986

Plano Diretor Físico do Campus de Ribeirão Preto



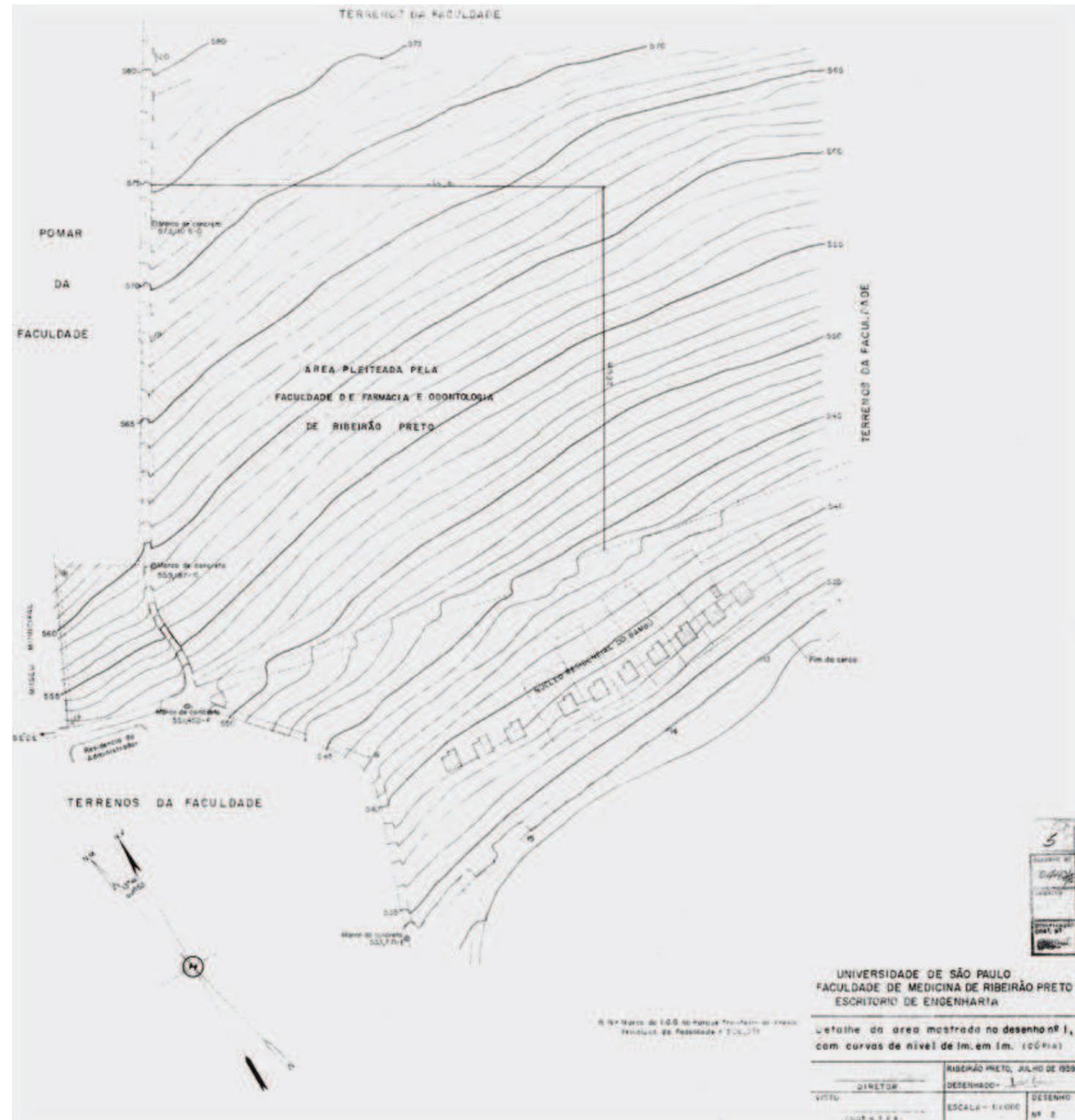
Planta da Fazenda Monte Alegre ocupada pela Faculdade de Medicina, década de 1950.



Planta de 1952 com área de 73.680 m² a ser destacada da EPA para alargamento pelo D.E.R. da estrada de Ribeirão Preto - Barrinha/ Sertãozinho por força do decreto 26.677 de 17.09.1957, mas que constou como de 51.450 m² no decreto-lei de doação à USP de 13 de maio de 1970.

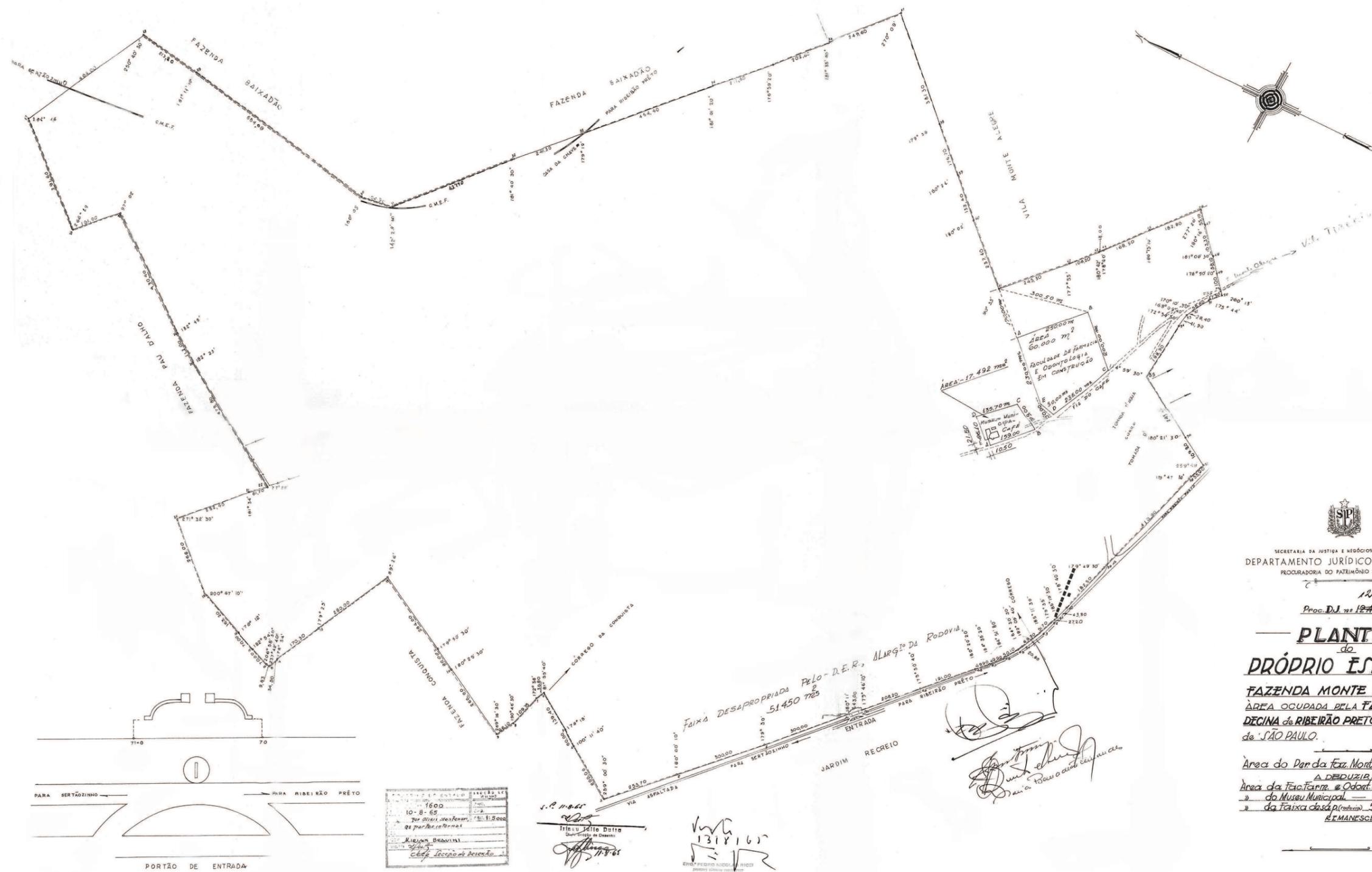
Área destacada da extinta EPA para cessão ao D.E.R.

Plano Diretor Físico do Campus de Ribeirão Preto



Área da Fazenda Monte Alegre pleiteada pela Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, 1959.

Pl. 128
Proc. 132412
Rub. 17



SECRETARIA DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR
DEPARTAMENTO JURÍDICO DO ESTADO
PROCURADORIA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

12.814/52
Proc. DJ. 12818

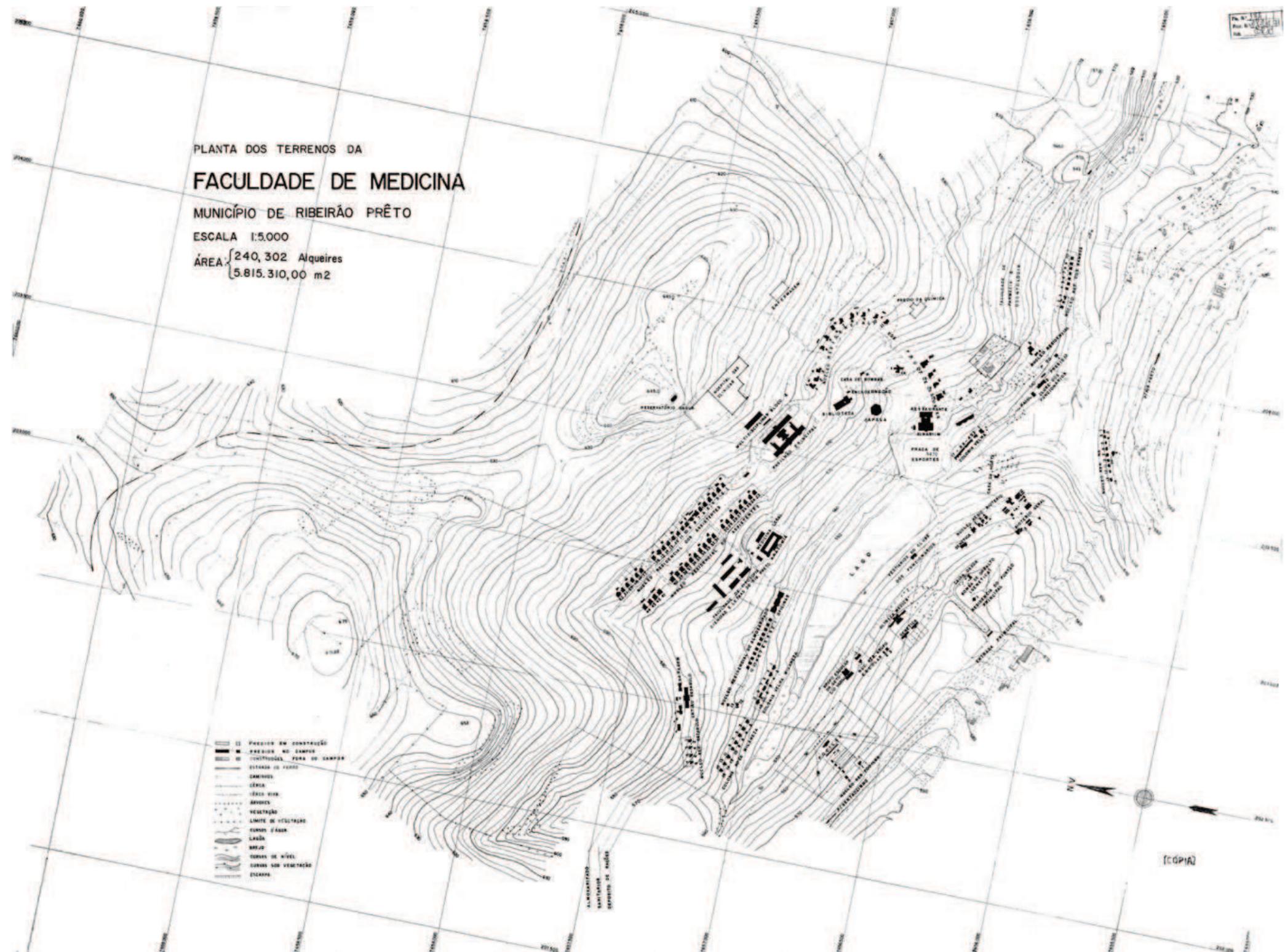
PLANTA
do
PRÓPRIO ESTADUAL
FAZENDA MONTE ALEGRE
ÁREA OCUPADA PELA FACULDADE DE MEDICINA
de RIBEIRÃO PRETO da UNIVERSIDADE
de SÃO PAULO.

Área do Par da Faz. Monte Alegre-5815310, m²
A DEDUZIR:
Área da Fac. Farm. e Odont. 60.000 m²
do Museu Municipal 17.492 m²
da Faixa despropr. 51.450 m²
REMANESCENTE 5686368 m²

Perímetro da Fazenda Monte Alegre ocupada pela Faculdade de Medicina, 1965. Plano Diretor Físico do Campus de Ribeirão Preto



Planta da década de 1970.



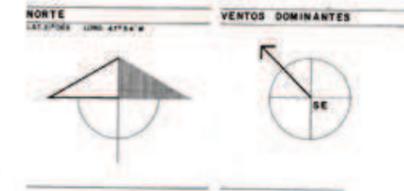
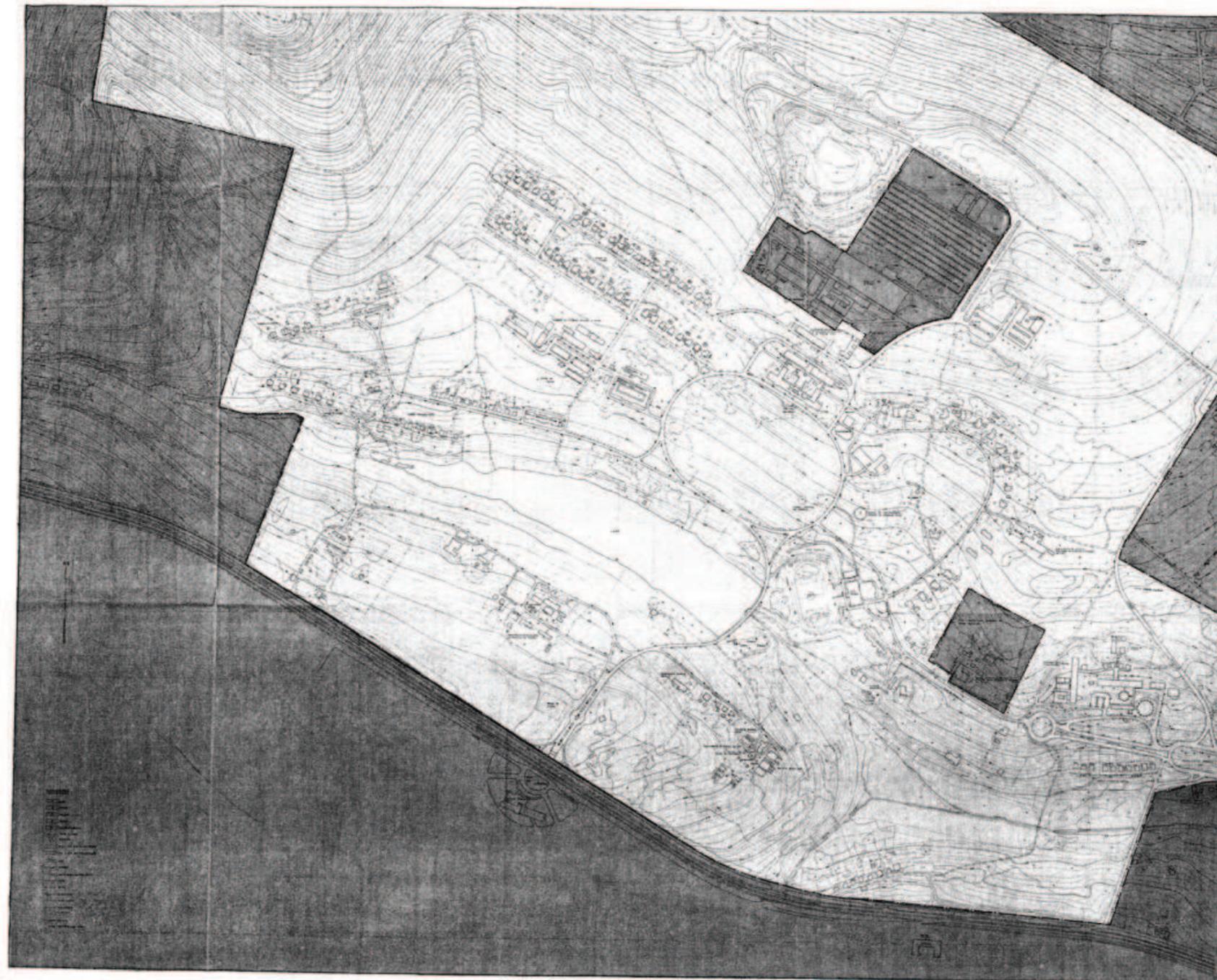
Planta da década de 1970.



- LEGENDAS**
- | | | | | | |
|--|---|--|------------------------|--|------------------|
| | PRÉDIOS DO CAMPUS | | R1 RESERVATÓRIO N.º 1 | | ESCARPA |
| | PRÉDIOS DA FAC. DE MEDICINA | | MUSEU MUNICIPAL | | CURVAS DE NÍVEIS |
| | PRÉDIOS DA ESCOLA DE ENFERMAGEM | | HOSPITAL DAS CLÍNICAS | | ÁRVORES |
| | PRÉDIOS DA FAC. DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS | | PRÉDIOS FORA DO CAMPUS | | CURSOS D'ÁGUA |
| | PRÉDIOS DA FAC. DE CIÊNCIAS FARMACÉUTICAS | | PRÉDIOS RESIDENCIAIS | | LAGO |
| | PRÉDIOS DA FAC. DE ODONTOLOGIA | | ESTRADA DE FERRO | | BREJO |
| | | | CAMINHOS OU RUAS | | DIVISA DO CAMPUS |

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO COORDENADORIA DO CAMPUS DE RIBEIRÃO PRETO DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA		FOLHA
PLANTA GERAL DOS TERRENOS MOSTRANDO OS PRÉDIOS, AS ÁRVORES EXISTENTES E AS CURVAS DE NÍVEIS DE 10 EM 10m DE ALTITUDE. ÁREA DOS TERRENOS 0 810,310,00m ² ± 240,302 ALO. ÁREA REMANESCENTE 0 746,369,00m ² ± 237,463 ALO.		DESENHO Nº 0001
RIBEIRÃO PRETO, 15/03/1984 ESCALA 1:5000 PROJETO APROVADO DESENHO APROVADO		ARQUITO A-1 0-1 MODIFICAÇÃO

Planta do Campus na década de 1980.



Fundo de Construção da Universidade de São Paulo	
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RIBEIRÃO PRETO	
PLANO DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO	
PLANO DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO	01
SITUAÇÃO E CADASTRO ATUAL	1:8.000

Planta de Campus na década de 1980.



Recorte da foto aérea de 2002



Planta do loteamento Vila Monte Alegre
Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

As divisas do Campus e o loteamento Vila Monte Alegre

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO *CAMPUS* ADMINISTRATIVO DE RIBEIRÃO PRETO
Gabinete do Prefeito
Av. Bandeirantes, 3900 CEP 14040-900 Ribeirão Preto - SP
Tel: 3602 3500 / Fax: 3633 7964

Fls. 11

Proc. 06.1.162.53.9

Rub. Alm

Interessado: Prefeitura do *Campus* Administrativo de Ribeirão Preto

Assunto: Projeto da área de serviço que inclui o restaurante universitário, restaurante dos docentes, serviços bancário, área comercial e centro de convivência de alunos

Senhor Prefeito,

Na 165ª Reunião Ordinária do CORP – Conselho do *Campus* de Ribeirão Preto, realizada no dia 22 de fevereiro, foi aprovada pelo Conselho a proposta da área de serviço, incluindo a zona bancária e comercial, no *Campus* de Ribeirão Preto, conforme fls. 10, sendo ainda aquiescido pelos Conselheiros o prosseguimento da negociação com as instituições de iniciativa pública e privada para captação de recursos financeiros.

Ribeirão Preto, 24 de fevereiro de 2006.


Fátima A. Bernardes de Castro
Assistente Técnica de Direção IV

De acordo.


Prof. Dr. José Aparecido Da Silva
Prefeito do *Campus*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH - Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

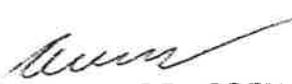
Ofício GP-1647/08
Processo 56.858/08

São Paulo, 26 de agosto de 2008.

Prezado Senhor

Em atenção ao Ofício COESF nº 51/2008 vimos informar que em sua sessão ordinária de 25 do corrente, Ata nº 1496, o Colegiado do CONDEPHAAT deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, que condiciona a aprovação do projeto de expansão física da Faculdade de Medicina do Campus de Ribeirão Preto, à apresentação do Plano Diretor completo do Campus (plantas e documentações pertinentes).

Atenciosamente,


ADILSON AVANSI DE ABREU
Presidente

Senhor
Prof. Dr. JOÃO CYRO ANDRÉ
Coordenador do COESF/USP
Rua da Reitoria, 109 - Bloco K - 4º andar
Cidade Universitária - São Paulo - SP
05508-900



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH - Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

Ofício Condephaat-1830/2010

Processo 56858/2009

São Paulo, 2 de setembro de 2010.

Prezados Senhores,

Em sua sessão ordinária de 30 de Agosto Ata nº 1592, o Colegiado do CONDEPHAAT deliberou aprovar o projeto de Plano Diretor da expansão física da Faculdade de Medicina do Campus de Ribeirão Preto, com as recomendações constantes do parecer técnico, no documento denominado Diretrizes para Futuras intervenções no Campus de Ribeirão Preto (doc. anexo).

Atenciosamente,


ROZENÁ NEGREIROS
Presidente

À
COORDENADORIA DO ESPAÇO FÍSICO
Rua DA REITORIA, 109
SÃO PAULO - SP
01000-000

Jéssica



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

Diretrizes para as futuras intervenções no Campus USP de Ribeirão Preto - P. 24699/86

A. Na área assinalada em vermelho no Plano Diretor do Campus de Ribeirão Preto – 2009 (ver mapa anexo) - *fls. 118*

Esta área abrange os remanescentes da antiga fazenda de café que deu origem ao Campus, as vias pavimentadas e construções da antiga Escola Prática de Agricultura que a sucedeu e os imóveis construídos no período em que a Faculdade de Medicina era a única ocupante do atual Campus.

Esta área deverá ser objeto de especial atenção quanto à preservação de suas características ambientais, e as propostas de novas construções deverão ser analisadas previamente (ao envio ao CONDEPHAAT) pela Coesf-SP.

Com o intuito de preservar o sistema viário original tombado:

1. Deverão ser buscadas alternativas ao trânsito de modo a aliviar as vias de fluxo intenso de veículos, com especial atenção para os pesados como ônibus e caminhões.
2. Deverá ser feita a manutenção periódica dos pavimentos em paralelepípedo e em pé-de-moleque.
3. Será admissível a construção de passeios para pedestres de modo a facilitar o acesso aos prédios históricos.
4. Será admissível a construção de novas vias, estacionamentos e praças, desde que não interfiram no sistema viário original tombado e sejam previamente aprovados pelo CONDEPHAAT.

Com o espírito de preservar as relações espaciais e visuais entre os imóveis históricos e manter as relações entre as áreas edificadas e o espaço entre as mesmas:

1. No caso de instalação de um novo uso em um imóvel histórico, deverá ser considerado previamente se o programa é compatível com a sua metragem, para evitar ampliações que o descaracterizem;
2. Caso seja indispensável um pequeno acréscimo de área para instalar o novo uso, deverá ser utilizado o espaço posterior do imóvel histórico para esta expansão.
3. Em qualquer caso deverá ser mantida a visibilidade da fachada principal do imóvel histórico desde a via de acesso.
4. Novas construções deverão ser desestimuladas; se indispensáveis não deverão prejudicar a visibilidade dos imóveis tombados e deverão ter gabarito estabelecido de modo a preservar a visualidade das edificações livre de interferências.
5. Nas áreas das antigas residências (Rua Pedreira de Freitas, Rua das Paineiras, Ruas Clóvis Vieira, Rua dos Técnicos, Rua Milanese, Rua Velha Milanese, Rua dos Bambus e Rua Napolitana):
 - 5.1. Não deverá haver novas construções nas áreas frontal e lateral das antigas residências;
 - 5.2. Não deverá ser utilizada a área frontal para estacionamento de veículos (sobre o jardim ou qualquer tipo de pavimento); deverão ser estudados bolsões de estacionamento na área posterior das casas, recuperando-se o jardim à frente destas;
 - 5.3. Não deverá haver plantio de espécies arbóreas nas áreas frontal e lateral das antigas residências, mantendo-se o caráter de jardim com forrações e espécies arbustivas;
 - 5.4. Não deverão ser afixados totens ou placas com logomarcas comerciais nas áreas frontal e lateral das antigas residências; a identificação do uso atual deverá se limitar a discreto suporte padronizado;
 - 5.5. A identificação das ruas e de uso das edificações em geral deve deverá se limitar a discreto suporte padronizado;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

5.6. Cuidados devem ser tomados para evitar usos que levem ao adensamento de pessoas nos conjuntos de casas. Especial atenção deve ser dada aos conjuntos denominados Nova e Velha Milanese, Bambus e Napolitana, devido à pequena escala e simplicidade das construções.

B. Na área assinalada em verde no Plano Diretor do Campus de Ribeirão Preto – 2009 (ver mapa anexo)

Esta área circunda a área em vermelho supracitada e sua delimitação corresponde à área do mapa de tombamento.

Nesta área novas construções deverão respeitar o futuro plano de drenagem e as verticalizações não deverão interferir visualmente com as construções históricas localizadas dentro da área demarcada em vermelho no Plano Diretor do Campus de Ribeirão Preto – 2009.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

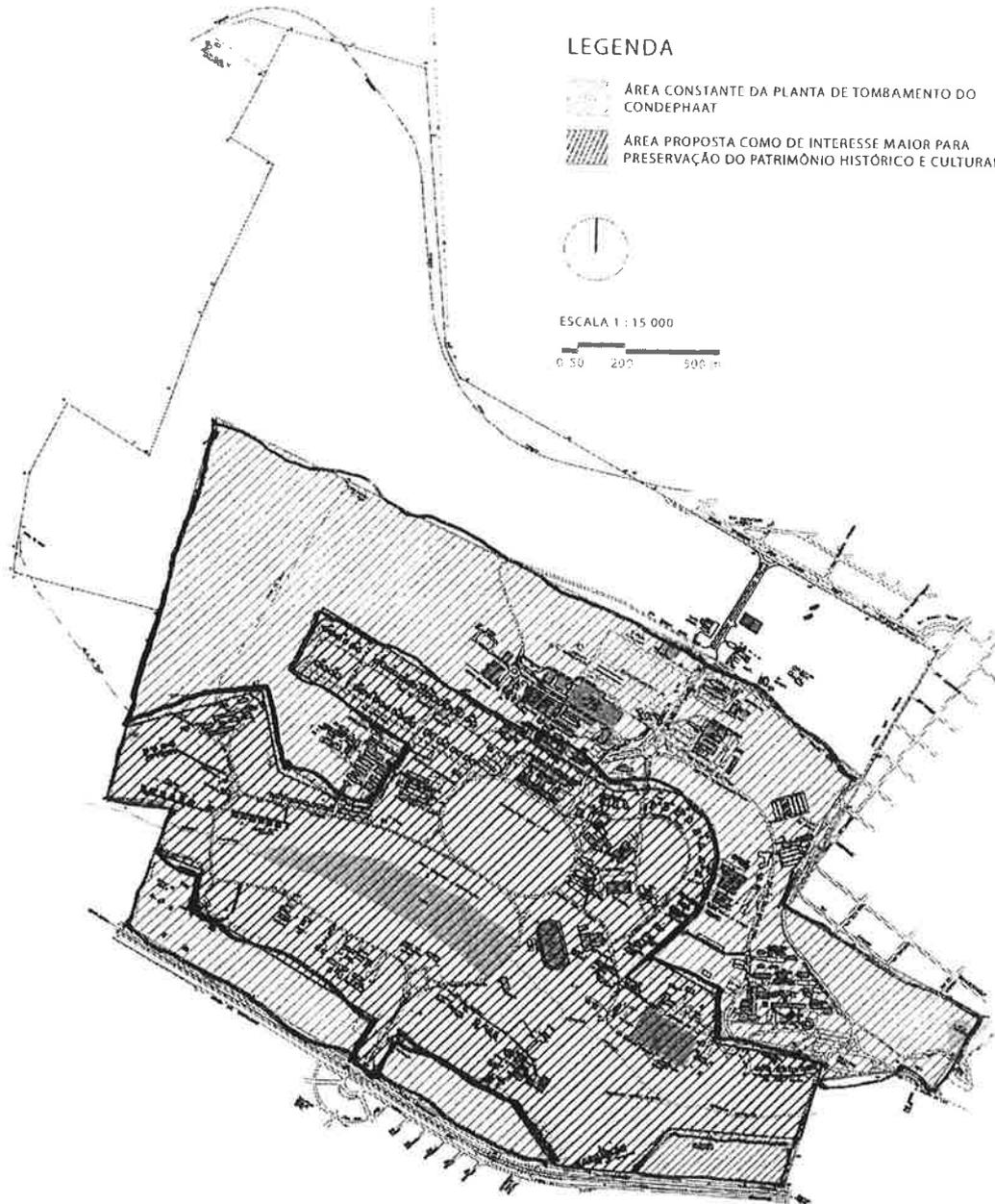
LEGENDA

- ÁREA CONSTANTE DA PLANTA DE TOMBAMENTO DO CONDEPHAAT
- ÁREA PROPOSTA COMO DE INTERESSE MAIOR PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL



ESCALA 1 : 15 000

0 50 200 500 m





Universidade de São Paulo

BRASIL

2464822 - Osvaldo Ferreira do Carmo | Grs | Alterar Senha | Alterar Email | Sair

60
[Handwritten signature]

Acesso Público

Sistemas USP

Ajuda

Andamento

Proteos

Mapa do Site

Usuário

Autuação

Instrução

Tramitação

Arquivamento

Consulta

Relatório

GRS

Instrução > **Juntada Doc**

Juntada Juntada Doc Juntada Cancelar Anexação Vínculo Alterar Alteração

Juntada de documentos

Foi juntado o of./doc. OF/18302010/CONDEPHAAT Acusa o recebimento do ofício 221/2010, e informa que em Sessão Ordinária de 30/08/2009, Ata nº 1592, deliberou a aprovação do projeto de Plano Diretor da expansão física da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. ao processo 008500390824

Créditos | Fale conosco

© 1999 - 2010 - Departamento de Informática da Codage/USP

AO SR. COORDENADOR

- PARA CIÊNCIA.
- EXISTE DESPACHO EM ABERTO.

Osvaldo
Osvaldo Ferreira do Carmo
 Chefe da Seção de Expediente da GOESF
 N.º USP 2464822

